



Boletim 235 do WRM
Movimento Mundial pelas Florestas
Janeiro 2018

O Leste e o Sul da África: Ameaças aos povos e suas lutas de resistência



Nossa Opinião: Violência, apropriação e resistência: Leste e Sul da África ..	3
Green Resources Moçambique: Mais Promessas Falsas!	6
O colonialismo de carbono: o fracasso do projeto de compensação de carbono da Green Resources em Uganda	11
Mulheres do Sul da África se organizam contra a violência do extrativismo ..	15
Alimentos, florestas e a crise que se desenrola em Zâmbia	20
Grandes represas hidrelétricas não são a resposta: tempo para repensar a infraestrutura de energia da África	25
Implicações das plantações de monocultura arbórea em Moçambique: Caso da Portucel Moçambique.....	30
Soberania alimentar no Zimbábue: as árvores mopane e a subsistência local	33
Plantações industriais de árvores no Leste e no Sul da África	37
Alertas de Ação	
Campanha Não ao ProSavana: Declaração dos povos	43
O povo Sengwer pede socorro na Floresta de Embobut, no Quênia	43



Recomendados

“Plantações de árvores industriais invadem o leste e o Sul da África ”	43
Estudo liga monocultura de eucalipto à falta d'água em Minas, Brasil	44
Conflito de terras na Costa do Marfim : comunidades locais continuam lutando contra o Estado e a empresa belga SIAT	44
Rede Africana de Biodiversidade: “Questões de Princípio: orientando o nosso caminho em tempos difíceis”	45



O Leste e o Sul da África: Ameaças aos povos e suas lutas de resistência



Este boletim é dedicado à memória de nosso amigo, colega e parceiro de luta Wally Menne

Nossa Opinião

Violência, apropriação e resistência: Leste e Sul da África



De tempos em tempos, o boletim do WRM destaca histórias, lutas e reflexões de uma parte específica do mundo. Esta edição trata das Regiões Sul e Leste da África.

Para melhor entender as lutas das pessoas em toda essa vasta região, é fundamental refletir sobre sua história. Ela inclui um sistema econômico predominante que se baseia em um *modus operandi* violento e racista, cujas raízes estão em muitas outras formas de violência contra a vida e os meios de subsistência das pessoas. Este editorial destaca algumas partes dessa história. E isso, é claro, é apenas a ponta do iceberg.

O domínio colonial no Sul e no Leste da África, que remonta ao século XIX, não se estabeleceu com facilidade. Foram necessárias expedições punitivas e opressivas, bem como estratégias e táticas destinadas a destruir o que não fosse útil aos colonizadores. Também foram necessárias guerras territoriais para estabelecer uma “ordem” colonial. Sistemas agrícolas foram interrompidos, com impactos sobre florestas e as populações que dependiam delas. A maioria dos governantes coloniais adotou políticas de alienação de terras que reservavam grande parte, principalmente das mais férteis, para



empresas concessionárias, colonos europeus e “Terras da Coroa”. Os povos indígenas, em sua maioria, foram forçados a ir para terras menos férteis. Por exemplo, o Decreto da Terra, na Tanzânia, aprovado pelos britânicos em 1923, declarou que toda a terra do país – ocupada ou desocupada – era pública, e estabeleceu um sistema de títulos que prevalecia sobre a posse consuetudinária. No leste de Zâmbia, cerca de 900 mil hectares de terras foram reservados para mais de 150 mil nativos. Enquanto isso, em torno de 1,7 milhão de hectares foram distribuídos a 80 colonos europeus. No Zimbábue, grandes extensões de terras férteis foram tomadas da população local e alocadas à British South Africa Company, que lucrou com atividades de mineração em grande escala na região. (1)

Essas reconfigurações de acesso e controle sobre a terra e as florestas, forçadas e violentas, também impuseram uma mudança nas práticas, economias e culturas locais porque, por meio da apropriação colonial, as terras disponíveis para a população nativa foram drasticamente reduzidas e as comunidades, transferidas. Os períodos de pousio foram reduzidos, as tradições e a organização local foram prejudicadas, locais sagrados e plantas medicinais foram destruídos, padrões de comércio foram alterados e os poucos hectares de terra que sobraram para os meios de subsistência locais foram, em sua maioria, sobrecultivados.

Essas apropriações violentas de terras também levaram ao desmatamento em massa, que afetou diretamente as populações nativas. Como afirma um pesquisador da Universidade Estadual de Washington: “A grande quantidade de desmatamento no sul e no leste África foi resultado direto do corte de florestas por empresas britânicas para abrir espaço para minas de ouro e diamantes”. (2)

Além disso, o pesquisador explica como a British South Africa Company (BSAC) investiu muito em minas de ouro, principalmente na Rodésia (atual Zimbábue). Os administradores das minas britânicas controlariam algo entre 5 mil e mais de 40 mil hectares de terra. Eles operavam as minas de ouro usando máquinas pesadas, mão de obra barata e madeira: os túneis das minas precisavam ser sustentados com madeira, as máquinas demandavam combustível obtido a partir da madeira, os trabalhadores precisavam de habitação construída com madeira e era preciso construir armazéns de madeira. Quando as minas ficavam sem madeira, eles a encomendavam de outro lugar, e isso poderia sair “muito caro”. Uma dessas encomendas foi um contrato de 45 mil metros quadrados de madeira para construir estradas e possibilitar a exportação de minérios. No entanto, é importante destacar que, embora a empresa roubasse livremente terra, ouro e diamantes das populações locais, com todos os impactos sociais e ambientais que isso implicava, a compra de madeira ainda era considerada “cara” para seus negócios. No entanto, milhares de hectares de florestas foram cortados para sustentar a mineração. As minas de ouro da Rodésia foram apenas o início da exploração e do desmatamento enormes naquela região.

Uma das minas de ouro mais prejudiciais foi a da Witwatersrand Gold Mining Company, na África do Sul. As jazidas foram descobertas em julho de 1886,



quando as moedas da Europa e dos Estados Unidos eram lastreadas no ouro em poder dos bancos nacionais. Sete mil europeus tinham se estabelecido na mina até o final daquele ano. Em 1899, 100 mil mineiros africanos faziam trabalho pesado nela, principalmente porque eram forçados a ganhar dinheiro para pagar os impostos que os colonizadores impunham. Eles estavam sendo explorados como mão de obra barata para um trabalho duro. (3) Estima-se que, anualmente, cerca de 2,3 milhões de dólares eram gastos na compra de madeira, apenas para manter o funcionamento da mina. Eram usados mais de 60 mil litros de água por dia, principalmente de um aquífero subterrâneo. Contudo, a água se tornou inutilizável para a população local devido à poluição causada pela mina, principalmente em função da drenagem de ácido venenoso da mina. (4)

Apesar dessas tomadas violentas de terras, meios de subsistência, economias e culturas, as pessoas nunca deixaram de resistir, mesmo diante de grave repressão. Às vezes, suas lutas são silenciadas por regimes coloniais ou pós-independência, ou ainda por governos da região, que continuam a serviço de um sistema econômico que não perdeu seu caráter colonial.

Este boletim inclui dois artigos sobre os graves impactos que resultam da invasão de uma região por monoculturas de árvores. Nesse caso, as plantações são controladas pela empresa norueguesa Green Resources. Um artigo analisa o impacto das plantações da empresa em Moçambique e o outro examina suas operações em Uganda. Outro, ainda, avalia as consequências das plantações estabelecidas pela empresa de papel e celulose Portucel em Moçambique. Uma contribuição vinda de Zâmbia descreve as muitas pressões sobre florestas e terras de pequenos agricultores exercida por vários fatores – da expansão da mineração e do agronegócio a projetos de carbono florestal (REDD+). Outro artigo destaca os impactos diferenciados e pesados que mulheres e meninas sofrem devido à extração de minérios no Zimbábue e em Moçambique, como exemplos de muitos casos da região. Um artigo vindo do Zimbábue explora a relação estreita e crucial entre determinados animais e árvores e o sustento das populações locais. Por fim, outra contribuição reflete acerca do estímulo à construção de mega-hidrelétricas na região, sob o discurso da geração de energia “limpa”, perguntando quem se beneficiará dessa energia e quem será afetado por essa infraestrutura?

(1) Campbell B. (1996) The Miombo in Transition: Woodlands and Welfare in Africa, p. 83, http://www.cifor.org/publications/pdf_files/Books/Miombo.pdf

(2) <http://history.libraries.wsu.edu/history105-06-stratton-fall2017/2017/09/01/deforestation-in-south-africa/>

(3) Potenza, E. (1946) All that glitters, South African History Online – towards a people’s history, <http://www.sahistory.org.za/archive/all-glitters-glimmer-gold-emilia-potenza>

(4) Idem 2



Green Resources Moçambique: Mais Promessas Falsas!



A Green Resources Moçambique é uma empresa de plantações de monoculturas, parte da Green Resources, SA. (GR). Estabelecida em 1995, a Green Resources SA, uma empresa de capitais maioritariamente noruegueses, com mais de 80 acionistas, é considerada a maior empresa de plantações de monoculturas em África (excluindo a África do Sul). Está presente em 3 países africanos (Moçambique, Tanzânia e Uganda) com 10 plantações, nomeadamente Bukaleba e Kachung (Uganda); Lindi, Idete e Mnyera (Tanzânia); Niassa Green Resources, Chikweti, Lúrio Green Resources, Tectona e Ntacua (Moçambique).

Segundo a Green Resources Moçambique (GRM) os objectivos que orientam as suas plantações de monoculturas são: i) estabelecer e gerir de forma sustentável as plantações florestais comerciais, a fim de gerar produtos florestais para uso doméstico e de exportação (produção de energia, painéis de partículas e polpa; madeira serrada e postes de transmissão); ii) sequestro de carbono; iii) conservação das florestas naturais e biodiversidade; iv) desenvolvimento económico e social das áreas e comunidades abrangidas. A realidade no terreno mostra o contrário: inúmeros conflitos de terra, usurpação de terra comunitária que era utilizada na maioria dos casos para produção de alimentos, estabelecimento de plantações junto a rios e fontes de água, junto a estradas e habitações e em áreas de floresta nativa, entre várias outras questões.

As situações de conflitos entre comunidades locais e a Green Resources não ocorrem somente em Moçambique, vários são os estudos que apontam sérios conflitos de terra entre a empresa e as comunidades locais, tanto em Moçambique como em Uganda e Tanzânia. Por exemplo, a “*National Association of Professional Environmentalists (Amigos da Terra-Uganda)*” levou a cabo um estudo em 2012 onde apresenta o cenário geral dos conflitos entre a empresa e comunidades locais. O estudo refere que a Green Resources em Uganda, através da sua sucursal “*Busoga Forestry Co Ltd*”, usurpou cerca de



8.000 a 10.000 hectares da floresta nativa em Bukalega para converter em plantações de pinheiro e eucalipto. Cerca de 8.000 pessoas de 13 aldeias da mesma região foram expulsas de suas terras alegadamente porque teriam ocupado ilegalmente a região durante a agitação política de 1975-1985 (1).

Na Tanzânia, um relatório publicado pela TimberWatch em 2011 apontou os seguintes impactos em plantações da Green Resources: “[T]erra perdida por comunidades desterritorializadas, péssimas condições de trabalho, destruição da biodiversidade de que comunidades dependem para alimentação, combustível e medicamentos; redução da disponibilidade de água, assim como muitos efeitos diretos e indiretos que impactam negativamente o modo de vida das comunidades afetadas”. (2)

Lutas contra a Green Resources em Moçambique

A Justiça Ambiental, Livangingo e a União Nacional de Camponeses (organizações moçambicanas da sociedade civil) lançaram em Setembro do 2016 um estudo “*O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique*” (3). No âmbito desta iniciativa as três organizações produziram ainda um breve documentário que ilustra a situação das comunidades afectadas pelos conflitos de terra com a Green Resources Moçambique. (4) Adicionalmente foi elaborada uma petição em parceria com a World Rainforest Movement, que contou com 12.332 assinaturas de singulares e de organizações nacionais e estrangeiras e foi submetida às empresas Green Resources na Noruega, Portucel/The Navigator Company em Portugal, bem como às instituições governamentais moçambicanas nomeadamente o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural e Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. A petição traz como principal demanda que as empresas Green Resources e Portucel, e todas as demais empresas que pretendem obter grandes extensões de terra fértil para monoculturas de árvores no leste e no sul de África, devolvam a terra às comunidades locais, de modo a resolver os atuais conflitos de terra e impedir novos conflitos. Na petição exigimos que o Governo de Moçambique assegure que a Lei de Terras é de facto cumprida e garantida que os direitos das comunidades à terra, água e alimentos sejam devidamente respeitados.

Até ao momento não recebemos qualquer resposta formal à nossa petição. Tivemos recentemente conhecimento que a Green Resources respondeu à nossa petição através da sua página na internet (5). Como se poderá verificar, esta resposta pouco ou nada trás de novo, no entanto, apresenta um dado bastante interessante. Um dos argumentos para o estabelecimento de plantações de monoculturas tem sido o uso de terras degradadas e marginais, que sabemos não corresponder à realidade e nesta resposta a Green Resources confirma que precisa de terras férteis para as suas plantações... e nós precisamos de produzir comida meus senhores!!!

Desde o lançamento público do estudo em 2016, as referidas organizações tiveram dois encontros com a Green Resources Moçambique, mediados pela Embaixada da Noruega, que em nada contribuíram para a resolução dos



conflitos. Nestes encontros o estudo foi severamente criticado, tanto pela empresa como pelos representantes da Embaixada de quem se esperava uma postura imparcial, no entanto nenhum foi capaz de justificar ou fundamentar as críticas apresentadas, as razões de tanta indignação! Importa reconhecer que a empresa referiu nos dois encontros estar aberta a discutir as questões apresentadas no estudo, no entanto, nos dois encontros isso não aconteceu. A Green Resources Moçambique foi consultada na elaboração do estudo, limitou-se a refutar qualquer informação de conflitos ou má conduta da empresa sem fundamentar ou apresentar a documentação que poderia esclarecer algum equívoco e não o fez. Os consultores a cargo do estudo solicitaram uma série de documentos à empresa, tais como actas de consultas comunitárias, processos de aquisição do Direito do Uso e Aproveitamento da Terra (DUATs) e, apesar da empresa referir inúmeras vezes que tem registro de tudo e tudo foi feito de acordo com a Lei nacional, não tivemos acesso aos documentos solicitados e fomos aconselhados a solicitar os mesmos ao governo.

Esta estratégia tem sido bastante utilizada pelas empresas: afirmar que não tem responsabilidade de fornecer esta informação e que os interessados deverão solicitar ao governo pois este sim tem a responsabilidade de assegurar o acesso à informação. No entanto, e apesar dos inúmeros pedidos e nenhuma recusa oficial ainda não tivemos acesso aos mesmos.

Confrontando financiadores na Noruega e na Suécia

As situações de conflitos de terra, queixas referentes ao processo de compensações e a insatisfação das comunidades afectadas na sua maioria permanecem por resolver e dada a difícil comunicação e acesso a informação as organizações decidiram levar a questão para apresentação e discussão na Noruega, país de origem da empresa, e Suécia, pela relação com a empresa de plantações de monoculturas Chikweti, adquirida pela Green Resources.

Foi neste âmbito que uma delegação composta por representantes da Justiça Ambiental (JA!), Livaningo, União Nacional de Camponeses (UNAC), União Provincial de Camponeses de Niassa (UPC Niassa), e representantes das Comunidades de Meparara, Namacuco e Lanxeque, distrito de Ribaué, província de Nampula, estiveram na Noruega de 26 a 29 de Setembro de 2017, onde tiveram encontros com a Norfund (*The Norwegian Investment Fund for Developing Countries*), Norad (*Norwegian Agency for Development Cooperation*), membros do parlamento Norueguês e diversas organizações da sociedade civil. Nestes encontros a delegação apresentou as principais constatações do estudo e foram discutidos os conflitos com as comunidades locais e de que modo estes actores poderão intervir na resolução dos mesmos, sem no entanto esquecer os interesses económicos que estes países têm neste tipo de investimentos.

No encontro com a Norfund, um dos financiadores da Green Resources Moçambique, tivemos conhecimento de que a certificação FSC para as plantações na Província de Nampula está suspensa. A certificação FSC de que a Green Resources Moçambique se gaba sempre que é confrontada com os



inúmeros problemas nas comunidades foi na verdade suspensa desde Maio de 2016, devido a inúmeros problemas detectados (6).

Os representantes da Norfund mostraram-se bastante preocupados com os resultados do estudo e acima de tudo com os testemunhos dos representantes das comunidades, mas a situação não era nova, tinham conhecimento das questões. É importante salientar que a preocupação da Norfund não se prende necessariamente com a situação de conflitos com as comunidades locais, mas sim com a dimensão do valor investido na Green Resources e com a necessidade de retorno desse valor, as razões parecem ser puramente de interesse económico e há muito interesse em assegurar que a empresa recupere. A Norfund parece acreditar que as plantações de monoculturas trazem o tão publicitado “desenvolvimento” e acreditam ainda que ao financiar este tipo de investimento em países pobres estão de facto a apoiar no desenvolvimento desse país, como acreditam ser o caso em Moçambique. Facto curioso é terem ainda referido que já receberam inúmeros relatórios a relatar conflitos e problemas com a Green Resources, tanto de Moçambique como das plantações no Uganda e na Tanzânia.

É lamentável a falta de transparência da Green Resources Moçambique, que tem mencionado a certificação FSC em todos os momentos em que é confrontada mas em nenhum momento referiu que esta foi suspensa no ano passado.

A certificação FSC é utilizada pelas empresas como selo de qualidade, pretendendo assegurar ao consumidor que a madeira que adquire é proveniente de florestas exploradas de forma socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente adequada, no entanto, a credibilidade deste processo tem sido largamente questionada devido a vários casos em que são reportados conflitos graves com comunidades locais e questões ambientais sérias enquanto as empresas mantêm a certificação. Outro aspecto que contribuiu bastante para a perda de credibilidade da certificação FSC foi a inclusão de plantações de monoculturas no processo de certificação apesar da imensa oposição que este tipo de projecto tem recebido devido aos impactos negativos que causam.

A delegação teve ainda um encontro com um representante do Green Resources na Noruega, que julgava que o processo de compensações e de aquisição de terra tinha sido um sucesso. Apresentamos as questões mais urgentes e ficou claro que não partilhamos da mesma opinião sobre a forma como tem sido conduzidos os processos ao nível das comunidades locais, pois segundo o mesmo tudo foi feito de acordo com a Lei e todas as compensações foram devidamente calculadas, negociadas e pagas. Claramente não dispomos da mesma informação, entregamos cópias das fichas de pagamento de compensações para que visse os valores pagos, e cópias das fichas de recolha de informação sobre as áreas de machamba e o número de árvores e estes documentos não deixam dúvida de que há matéria para discussão e há várias situações que requerem solução urgente. Foi possível confirmar com o representante da Green Resources que a Lurio Green Resources tem a Certificação FSC suspensa, e é importante salientar que a Green Resources



Moçambique referiu-se inúmeras vezes à certificação como prova de que todos os procedimentos tinham sido cumpridos e que tudo funcionava da melhor forma possível e em momento algum referiu que a mesma estava suspensa.

Uma outra questão que tem sido motivo de inúmeras discussões entre as comunidades locais e a empresa são as promessas que foram feitas durante as consultas comunitárias e que foram de facto a razão principal de muitos membros das comunidades terem aceito ceder as suas terras. No entanto a Green Resources tem se esquivado destas promessas alegando ter sido mal compreendida pelas comunidades, e que são infraestruturas sociais sob a responsabilidade do governo e não das empresas. Curiosamente no Relatório Público de Certificação Florestal Woodmark consta como uma das questões problemáticas identificadas e que requer atenção por parte da empresa *“Aquando das consultas das comunidades, comités e líderes foi repetidamente mencionado que a LGR [Lurio Green Resources] prometeu construções de infraestruturas sociais, incluindo escolas, furos de água e postos de saúde. Estas promessas ainda não foram cumpridas. Os gestores da empresa dizem que vão honrar os compromissos por fases e de acordo com as prioridades. Como evidência a empresa mostrou um contrato com a BJ Drilling, Lda, para abertura de 7 furos de água nos 3 distritos onde operam. LGR deverá assegurar que as expectativas da comunidade são geridas e que comunicam regularmente sobre o progresso e planos para cumprir os compromissos sociais.”*

Um outro dado novo para nós refere-se à actual situação financeira da empresa. Segundo informação confirmada na reunião com o representante da Green Resources na Noruega, a empresa está a atravessar sérias dificuldades financeiras, e esta é a razão principal para não ter ainda levado a cabo os projectos sociais, que incluem as inúmeras promessas que tem sido constantemente citadas e de certa forma contestadas pela Green Resources Moçambique, alegando se tratar de expectativas fora do controle da empresa e não de promessas como as várias comunidades consultadas afirmaram sempre.

Qual é a dimensão desta crise financeira da Green Resources em Moçambique? Qual é a estratégia da empresa para resolver a sua situação financeira sem prejudicar mais ainda as comunidades locais e como poderá ainda cumprir as suas obrigações com as comunidades afectadas neste cenário? Questionamos se existe uma estratégia de saída em caso de falência, e percebemos que em caso de falência tudo ficará nas mãos dos bancos... não há qualquer estratégia!

Em todos os encontros tidos tanto na Noruega e na Suécia ficou claro que embora possamos não concordar em tudo há espaço para discutir os conflitos entre a empresa e as comunidades afectadas e estes conflitos existem. Os mesmos resultam de processos mal conduzidos, da aplicação selectiva da lei e são agravados ao longo dos anos pela falta de sensibilidade, arrogância no tratamento dos mesmos, pela gritante desigualdade de poder entre os investidores e as comunidades locais nos processos de negociação e pela ganância por acumular mais e mais terra competindo directamente com a



sendo denunciados ao longo de vários anos. Em seu relatório de 2014, por exemplo, o Oakland Institute documentou a má conduta da empresa em seus dois projetos de plantação em Uganda: Kachung e Bukaleba. (2) Os danos sociais, culturais e ambientais causados pela Green Resources foram chamados de *violência do carbono*, pois o sofrimento e a destruição relatados estavam diretamente ligados ao fato de a empresa estabelecer plantações industriais de monoculturas de árvores para entrar nos mercados de carbono. (3) A ideia por trás desses mercados é medir a quantidade potencial de dióxido de carbono que uma determinada área de terra com árvores pode sequestrar e atribuir um valor econômico a esse “serviço”. Esse valor econômico é convertido em créditos de carbono, que são vendidos principalmente a governos e à indústria, para “compensar” sua poluição.

Após a má conduta da Green Resources em sua plantação de Kachung ser denunciada, a Agência Sueca de Energia, o único comprador de créditos de carbono da empresa, (4) interrompeu os pagamentos em novembro de 2015. (5) A agência descreveu dez ações que a empresa deveria implementar para voltar a receber esses pagamentos. Ao explicar sua decisão de se retirar do acordo de compra, a Agência Sueca da Energia chamou a atenção para as preocupações com os direitos humanos. (6) As falhas profundas na conduta da Green Resources custaram à empresa o acesso ao seu mercado de carbono.

Como a Green Resources respondeu à perda de seu único comprador de carbono? Em dezembro de 2017, o Oakland Institute divulgou um relatório de acompanhamento intitulado “Colonialismo do carbono: o fracasso do projeto de compensação da Green Resources em Uganda”. (7) O documento analisa as alegações da empresa contra os moradores de Kachung. Essas conclusões indicam a permanente desconsideração pelas queixas que recebe ou a ausência de ações que respondam aos impactos sociais e ambientais adversos decorrentes diretamente de seu projeto.

Antecedentes

O norte de Uganda tem algumas das comunidades mais vulneráveis do país. (8) Os índices de pobreza são elevados e a expectativa de vida é baixa. A região também enfrenta limitações no acesso a serviços vitais, incluindo educação, água potável, saneamento e saúde. (9) É lá que a Green Resources opera sob os nomes Busoga Forestry Company (BFC) e Lango Forestry Company. A empresa diz ter entre 80 e 105 acionistas privados, incluindo atores importantes, como a Diversified International Finance (20,1%), New Africa/Asprem (9,6%) e Sundt AS (8,7%). (10) A Green Resources também recebeu fundos significativos – aproximadamente 33 milhões de dólares (11) – de instituições públicas de financiamento ao desenvolvimento, incluindo Norfund (Noruega), FMO (Países Baixos) e Finnfund (Finlândia).

A Green Resources obteve uma licença da agência florestal de Uganda, a National Forestry Authority (NFA), para estabelecer uma plantação industrial de árvores na Reserva Florestal Central de Kachung em 1999. As operações de florestamento começaram em 2006 e estão completas, com plantações estabelecidas e manejadas em cerca de 2.050 hectares, majoritariamente de



monoculturas (cerca de 90% das árvores plantadas são de *Pinus caribea hondurensis* e o restante, de várias espécies de eucaliptos). O projeto é certificado pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC, na sigla em inglês), reconhecido como um projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), e foi validado pelo Climate Community and Biodiversity Standard (CCBS) em 2011. Os únicos créditos de carbono de Kachung foram adquiridos pela Agência Sueca de Energia, um organismo governamental que responde ao Ministério do Meio Ambiente e Energia. Embora a Agência tenha pago inicialmente 150 mil dólares à Green Resources, o pagamento restante está suspenso e só deve ser retomado em 2018. (12)

Existem 17 povoados diretamente adjacentes à área da licença da Green Resources, dentro da Reserva Florestal Central de Kachung, e afetadas pela empresa. Os seus meios de subsistência dependem da agricultura, da pesca e da pecuária de subsistência em pequena escala. (13) Dada a grande dependência em relação à terra para a produção de alimentos e pastagens de subsistência, a perda de terras devido ao projeto de plantações representa desafios graves para as comunidades locais.

Colonialismo de carbono

O último relatório do Oakland Institute desmascara as falsas soluções para as mudanças climáticas promovidas pelas corporações e instituições ocidentais na África. Uma ampla pesquisa de campo realizada entre novembro de 2016 e agosto de 2017, em Uganda, revela como a Green Resources prejudica a segurança alimentar e os meios de subsistência, excluindo as pessoas de suas próprias terras.

O relatório denuncia que a Green Resources infla as oportunidades de emprego que oferece, além de não assumir as responsabilidades pelas condições de saúde e segurança de seus trabalhadores. Os moradores locais também continuam a lutar para garantir o acesso a lenha e água, desafios que a Green Resources têm feito pouco para resolver. Mais grave ainda, eles continuam tendo dificuldades de acessar a terra para cultivar alimentos e criar animais, aumentando a insegurança alimentar na região.

Dito claramente, o projeto de plantação de monoculturas de árvores e compensação de carbono executado pela Green Resources em sua plantação de Kachung é incompatível com a presença e as necessidades dos moradores locais que dependem dessa mesma terra para sua subsistência. Os resultados do projeto prejudicam diretamente os meios de subsistência locais e ameaçam a própria sobrevivência dos moradores locais.

Os mercados de carbono prejudicam as pessoas e o planeta

Os fracassos do projeto de plantações industriais de árvores e compensação de carbono da Green Resources expõem, mais amplamente, os limites dos mercados de carbono. Enquanto os moradores locais arcam com custos sociais, ambientais e outros, a empresa pode lucrar ainda mais com suas plantações destrutivas, enquadrando-as como “sumidouros de carbono”.



Esse sistema é o colonialismo de carbono (14) em ação, com os recursos naturais de um país africano sendo explorados por interesses estrangeiros disfarçados de desenvolvimento sustentável, e com um alto custo para as pessoas e o meio ambiente.

Tais circunstâncias devem ser motivo de grande preocupação para os acionistas e financiadores da Green Resources, que compartilham a responsabilidade da empresa no apoio a um projeto cujo impacto é tão prejudicial para as populações locais.

Enquanto a Agência Sueca da Energia reavalia se retoma os pagamentos à Green Resources no início de 2018, o último relatório do Oakland Institute é uma acusação irrefutável sobre o fracasso da Green Resources em assumir a responsabilidade pelos impactos das atividades do seu projeto que são nocivos às comunidades locais.

Você pode acessar o último relatório do Oakland Institute aqui:

<https://www.oaklandinstitute.org/carbon-colonialism-failure-green-resources-carbon-offset-project-uganda>

Kristen Lyons, Kristen.lyons@uq.edu.au

Membro Sênior do Oakland Institute e Professora Associada da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Queensland, Austrália.

(1) Lyons, K., Richards, C. e Westoby, P. (2014). *The Darker Side of Green: Plantation Forestry and Carbon Violence in Uganda – The Case of Green Resources' Forestry Based Carbon Markets*. The Oakland Institute. <https://www.oaklandinstitute.org/darker-side-green> (acessado em 23 de maio de 2017)

(2) Idem (1)

(3) Lyons, K. e Westoby, P. (2014) 'Carbon Markets and the New 'Carbon Violence': A Story from Uganda', *International Journal of African Renaissance Studies*, Special Edition on Green Grabbing. Vol. 9, No. 2, p. 77-94.

(4) Arunsavath, F. e Shamsher, S. *Lessons Learnt From Kachung* (2015) SwedWatch. <http://www.swedwatch.org/en/2015/11/05/lessons-learned-kachung> (acessado em 14 de maio de 2017); Swedish Energy Agency. *Kachung – Sustainability in International Climate Projects* (2015) Swedish Energy Agency. <https://archive.is/zOetZ#selection-39023.1-39023.242> (acessado em 21 de abril de 2017).

(5) "Sweden Freezes Carbon Payments to Green Resources Due to Land Conflicts" (2016) *Development Today*.

http://devtoday.no/magazine/2015/dt_15/business/sweden_freezes_carbon_payments_to_green_resources_due_to_land_conflicts (acessado em 25 de agosto de 2017).

(6) "Swedish Agency Monitors Green Resources Plantation in Uganda Pending 2018 Carbon Pay-Out" (2016) *Development Today*: 12-13. http://www.development-today.com/magazine/2016/dt_12-13/business/swedish_agency_monitors_green_resources_plantation_in_uganda_pending_2018_carbon_pay-out

(acessado em 14 de março de 2017).

(7) Lyons, K. e Ssemwogerere, D. (2017) *Carbon Colonialism. Failure of Green Resources' Carbon Offset Project in Uganda*, Oakland Institute: California. Disponível em <https://www.oaklandinstitute.org/carbon-colonialism-failure-green-resources-carbon-offset-project-uganda>

(8) Climate Focus. *Kachung Forest Project: Afforestation on Degraded Land. Kachung Forest Project: Afforestation on Degraded Land* (2011). <https://www.scribd.com/doc/303944478/Due-Diligence-Kachung> (acessado em 14 de abril de 2017).



(9) Kyalimpa, D. e William, S. *Socioeconomic Impact Assessment of Busoga Forestry Company Operations Dokolo District*. Prepared for Busoga Forestry Company Limited. 2016.

(10) Green Resources. *2015/2016 Accounts and Directors Report*.

<http://dev.greenresources.no/Portals/0/pdf/GR-Annual-Report2015-16.pdf> (acessado em 21 de agosto de 2017).

(11) Idem (6)

(12) Idem (6)

(13) Idem (9)

(14) Lyons, K. e Westoby, P. (2014) “Carbon Colonialism and the New Land Grab: Plantation Forestry in Uganda and Its Livelihood Impacts.” *Journal of Rural Studies* 36: 13-21.

Mulheres do Sul da África se organizam contra a violência do extrativismo



Para muitos países ricos em recursos no Sul global, a exploração e a extração de recursos naturais em grande escala e os megaprojetos de infraestrutura que as acompanham é o caminho escolhido pelos governos para receber investimentos estrangeiros e ter acesso a ajuda financeira. A Visão Africana para a Mineração (1), adotada por ministros responsáveis pela exploração de recursos minerais em todo o continente, juntamente com o marco de políticas que o acompanha – Os minerais e o Desenvolvimento da África (2011) (2) – são a “estratégia mais abrangente para a industrialização africana no século 21”.

No entanto, sob o verniz desse paradigma de desenvolvimento tão em voga, a vida e os meios de subsistência de comunidades rurais e camponesas, bem como o meio ambiente, estão ameaçados pelos impactos devastadores da mineração e de outras indústrias extrativas. Mulheres e meninas, em particular, arcam com os custos desses impactos – da província de Tete, Moçambique, cujas comunidades sofrem escassez de água e poluição, à comunidade de Marange, no Zimbábue, onde a violência militarizada e muitas vezes sexualmente assombra a vida cotidiana das mulheres.



“Mulheres em busca de água” – Tete, Moçambique

A província de Tete situa-se ao norte de Moçambique e faz fronteira com Malauí, Zâmbia e Zimbábue. Na era pré-colonial, a cidade de Tete, atual capital da província, era uma importante área comercial no Sul da África. Atualmente, é o centro da indústria de mineração moçambicana, onde predomina o carvão. Até o momento, o governo moçambicano já deu concessões e licenças para a mineração de carvão que cobrem 60% da província de Tete (3).

A Jindal, empresa que faz parte do conglomerado multinacional indiano Jindal Steel and Power Limited, é dona e operadora de uma mina, a Kassoca. Essa mina conta a história de uma comunidade altamente militarizada que luta pela água. Segundo o coordenador de projetos da ONG local Justiça Ambiental (JA), o governo tem feito pouco para pesquisar os efeitos da mineração sobre a comunidade. Iniciando operações em 2013, a mina de Kassoca resultou na transferência de mais de 500 famílias, enquanto outras 289 ainda aguardam.

O cotidiano dessas 289 famílias não é fácil. “Aqui não há água”, diz um ativista local, apontando para uma barragem. Embora a mineradora declare que a água da barragem não é própria para consumo, as mulheres são obrigadas a usá-la porque não têm outra opção, mas têm que fazê-lo em segredo, pois a mineradora “vai nos prejudicar se nos pegar”. Juntamente com a Justiça Ambiental, a comunidade enfrenta grandes ameaças e intimidação por falar contra a empresa, mas tem feito esforços para contestar nos tribunais moçambicanos as violações do seu direito à água e contra a poluição proveniente das minas.

Em outra parte de Tete fica a mina de carvão Moatzi. Em operação desde 2011, essa mina era de propriedade da empresa Rio Tinto, e agora pertence à brasileira Vale. A comunidade afetada, que depende muito da agricultura de subsistência para seu sustento e sua sobrevivência, foi transferida para a área de Mualadzi e tem tido dificuldade de cultivar alimentos na área, cujos recursos foram esgotados.

Uma ativista local, Dona Maria (nome fictício), está trabalhando junto à Justiça Ambiental para conscientizar sobre a situação de sua comunidade. Semelhante à mina de Kassoca, a falta de acesso a água limpa é uma questão grave para quem mora em Mualadzi: “O pessoal de antes (Rio Tinto) cavou dez poços, mas apenas seis estão funcionando”. Há muitas mulheres reunidas em torno da água, além de vários animais. “Viu?”, diz uma mulher, “nós usamos a água com os animais”.

A comunidade desenvolveu pequenos projetos de geração de renda, escolhendo quatro famílias para vender itens básicos em uma pequena feira com o objetivo de aumentar os projetos para que outras famílias possam se beneficiar.

Dona Maria conta que houve um número incomum de abortos espontâneos e partos de fetos mortos desde que eles se mudaram para Mualadzi. “Estamos



tentando investigar, queremos ter certeza”. Muitas das jovens que coletam água têm idade escolar. A estrada entre a escola secundária da comunidade e a área residencial é longa e insegura, e “algumas meninas foram atacadas e estupradas. Então elas têm medo. “A comunidade tem uma área destinada ao cemitério, mas Dona Maria diz: “Os nossos doentes voltam à nossa terra e morrem lá. Eles não querem ser enterrados aqui”.

A alguns quilômetros dali, existem casas construídas pela Vale, que se destinam a mais famílias que serão transferidas. Não são nada além de “cascas vazias pintadas”. Nenhuma casa tem tubulação de água corrente, e as torneiras instaladas para as famílias muitas vezes são cortadas pelos construtores em retaliação por não ter sido pagos pela mineradora. Em uma província com temperaturas médias superiores a 40°C, o cotidiano das mulheres fica muito mais difícil sem acesso a água limpa.

Com o apoio da Justiça Ambiental, essas comunidades apresentaram pedidos formais à mineradora Vale e ao governo moçambicano para resolver os problemas que enfrentam, mas isso não resultou em nenhuma ação. Portanto, um protesto pacífico bloqueou a rodovia e a estrada de ferro. A comunidade enfrentou uma violenta reação do governo moçambicano, resultando em seis manifestantes internados e muitos outros presos. Há uma crescente militarização dessas comunidades, com postos policiais controlando as pessoas que entram e saem.

As comunidades continuam buscando formas de conscientização e mobilização. Em 2016, enviaram uma delegação ao Tribunal Popular Permanente (4), uma plataforma e um instrumento que dá reconhecimento, visibilidade e voz a pessoas que sofrem violações de seus direitos fundamentais.

“Quando os diamantes foram descobertos” – Chiadzwa, Zimbabwe

“Eles nos transferiram de nossas terras e eliminaram nossa liberdade de movimento”, descreve a ativista zimbabuense Gladys Mavhusa. “Quando a nossa terra se tornou uma área restrita [por causa da mineração de diamantes], isso significou um caminho aberto para que a expansão entrasse em nossa cidade. É aí que os transportes públicos paravam e os “funcionários” faziam revistas em pessoas nuas. As mulheres eram revistadas na boca, no ouvido, em todos os lugares, incluindo partes privadas. Às vezes, esses funcionários não trocavam as luvas, usando as mesmas em muitas mulheres, ao ponto de algumas de nós desenvolverem infecções. As mulheres começaram a ter problemas com seus sistemas reprodutivos, fibromas e outros tumores. Não podíamos buscar tratamento médico porque não estávamos mais plantando e, portanto, não tínhamos dinheiro”.

Os campos de diamantes de Marange foram descobertos ao leste da capital, Harare, em 2006, e desde então, comunidades como Chiadzwa têm sofrido graves violações aos seus direitos humanos, violência e repressão, tomada de terras e transferência. Atualmente, os direitos de mineração na área de Chiadzwa são da Zimbabwe Consolidated Diamond Company (ZCDC) (5), uma



fusão de interesses governamentais e empresariais apoiados por forças militares e de segurança.

Gladys Mavhusa pinta um quadro pungente da vida antes e depois de a corrida por minerais chegar em Marange:

“Eu nasci em Chiadzwa. Quando eu era jovem, a minha vida era muito boa, relativamente livre. Eu nasci em uma família rica, e quando eu me casei, passei a fazer parte de outra igual, porque nós éramos agricultores. Tínhamos gado, cabras, galinhas, tudo. O problema começou quando descobriram os diamantes. A primeira coisa que nos disseram foi que não seríamos mais livres para nos movimentar. A terra onde tínhamos passado todas as nossas vidas, os campos em que cultivávamos e dos quais dependíamos – tudo foi levado. As florestas onde costumávamos fazer cultos e rezar para pedir chuva aos nossos deuses foram tomadas. Nossos sepultamentos ancestrais, as sepulturas de nossos chefes – lugares sagrados que todos nós valorizávamos quando eu era jovem – foram tomados pelas minas”.

As mulheres de Marange arcam com o maior peso dos impactos das atividades de mineração, incluindo a perda de meios de subsistência. Antes que as empresas de mineração tomassem suas terras, as mulheres ganhavam a vida com atividades como agricultura e cestaria. Isso não é mais possível para a grande maioria delas. As mulheres também sofrem estupros e outras formas de violência sexual. (6) É um ataque vindo de “todas as direções ... Se nossos maridos percebem que fomos estupradas, eles nos culpam e dizem que nós pedimos [por isso]. Se as nossas filhas são estupradas ou se envolvem em trabalho sexual, os homens nos culpam de novo e dizem: “É sua filha”. Essa situação trouxe muitos conflitos às nossas famílias e nossas comunidades. Nossos maridos não conseguem entender que é impossível cuidar da família e lidar com todos esses problemas ao mesmo tempo; eles dizem que nós somos preguiçosas”.

A organização Chiadzwa Community Development Trust (CCDT) (7) foi formada em 2005, a fim de promover a responsabilidade pública e a transparência na extração de diamantes. Ela começou a trabalhar com as mulheres que queriam se mobilizar para impedir a violação de seus corpos e seus direitos, bem como a tomada de suas terras e seus meios de subsistência. Primeiro, as mulheres começaram a se organizar para recusar a transferência – elas disseram ao deputado local que não respeitariam a transferência, principalmente para terras onde não pudessem cultivar nem sustentar suas famílias. No início, enfrentaram uma reação antecipada – intimidação e ameaças por parte de “funcionários” locais. Temendo novas retaliações, alguns membros da comunidade escolheram se mudar, mas acabaram não obtendo suas casas de transferência.

O CCDT continua trabalhando com as mulheres e as famílias que ficaram para trás. Muitas dessas mulheres perderam os maridos, assassinados ou desaparecidos. Nos casos em que é possível, o CCDT auxilia em ações na justiça, com o apoio de aliados como a organização Zimbabwe Lawyers for Human Rights (ZLHR). Em outras situações, o CCDT fornece o apoio



psicossocial e de trauma tão necessário às viúvas e suas famílias, através de organizações como a Counselling Services Unit (CSU).

Para fortalecer a organização e a construção de movimentos por parte das mulheres, o CCDT realiza treinamentos comunitários para que elas possam conhecer seus direitos econômicos, sociais e culturais. Através dessas atividades de conscientização, o CCDT espera que as mulheres possam construir coletivamente uma análise e se mobilizar juntas.

“... eu quero um mundo onde ...”

Os contextos podem ser diferentes, mas as lutas são as mesmas – da luta por água potável a enfrentar ameaças de intimidação e repressão nas mãos das forças de segurança das mineradoras ou outros atores poderosos, bem como as lutas para proteger vidas e meios de subsistência. A aliança “Mulheres Africanas Unidas contra a Extração Destrutiva de Recursos” (WoMin) está trabalhando com mulheres dessas comunidades e muitas outras na região, para apoiar a construção de movimentos e as iniciativas de resistência, enquanto vislumbram um mundo onde, como diz Gladys Mavhusa, “mulheres e comunidades sejam empoderadas; eu acredito que devemos construir esse empoderamento juntos para que cada mulher possa defender a si e a outras”.

Nicky Le Roux e Maggie Mapondera,
WoMin, <http://www.womin.org.za/>

*A **WoMin** é uma aliança de organizações que abrange o continente africano e trabalha ao lado de movimentos nacionais e regionais e organizações populares de mulheres, comunidades e camponeses afetados pela mineração e seus parceiros solidários para expor os impactos do extrativismo sobre mulheres camponesas e trabalhadoras. Juntamente com parceiros do nível local ao internacional, a WoMin trabalha para combater os impactos destrutivos do extrativismo, como a concentração de terras e o deslocamento de comunidades, a poluição e a erosão, e a violência contra as mulheres e, criticamente, para promover uma alternativa de desenvolvimento centrada nas mulheres e justa.*

(1) Africa Mining Vision, 2009, União Africana e Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (ECA),

http://www.africaminingvision.org/amv_resources/AMV/Africa_Mining_Vision_English.pdf

(2) Africa Mining Vision, Relatórios e Documentos,

<http://www.africaminingvision.org/reports.html>

(3) Justiça Ambiental, Política de Desenvolvimento Financeiro do Banco Mundial em Moçambique, janeiro de 2017, <https://issuu.com/justicaambiental/docs/mozambique-dpf-formatted-1.11.17-1>

(4) Tribunal Permanente dos Povos, <http://permanentpeopletribunal.org/?lang=en>

(5) New diamond merger commences work, posts profit, Junho de 2016, <http://nehandaradio.com/2016/06/23/new-diamond-merger-commences-work-posts-profit/>

(6) Marange rape victims suffer in silence, 2015,

<https://www.thestandard.co.zw/2015/03/22/marange-rape-victims-suffer-in-silence/>

(7) Chiadzwa Community Development Trust, <http://www.ccmt.org.zw/index.php/manicaland/88-chiadzwa-community-development-trust>



Alimentos, florestas e a crise que se desenrola em Zâmbia



No passado, era muito raro haver notícias globais sobre Zâmbia, um país pacífico no coração da Região Sul da África, conhecido principalmente por seu cobre. Alguns o conhecem por sua longa fronteira geográfica no rio Zambeze, as Cataratas de Victoria, em Livingstone – também conhecidas como “*Mosi-oa-Tunya*” ou “a fumaça que troveja” – ou seus parques nacionais vastos e biodiversos que ocupam uma área maior do que o Reino Unido.

Os programas de ajuste estrutural da década de 1990 testemunharam o início da liberalização econômica e a abertura dos recursos de Zâmbia à exploração comercial e privada. As minas do país foram privatizadas, com incentivos fiscais significativos para proprietários estrangeiros; as cooperativas de comercialização que ajudavam os agricultores a ter acesso a mercados foram dissolvidas e as empresas estatais foram vendidas gradualmente a donos privados e cada vez mais vinculados a grandes corporações.

Ao mesmo tempo, a realidade da vida das pessoas e as consequências da perda da terra, fontes de água cada vez menores e contaminadas, desnutrição crescente e aumento do custo de vida permanecem fora das manchetes sobre o desenvolvimento impulsionado pelo mercado. Alimentação, educação, transporte, saúde e energia têm recursos extremamente insuficientes e cada vez mais privatizados e financeirizados. A implacável onda de exploração cobra um preço alto do solo, da água, das florestas, do ar, dos minerais – e das pessoas.

Nos últimos cinco anos, a dívida externa do país aumentou exponencialmente. A mineração continua sendo o principal “motor econômico”, apesar da persistência de retornos tributários simbólicos decorrentes da longínqua época do ajuste estrutural. Uma busca frenética por novas fontes alternativas – e rápidas – de investimento estrangeiro direto se tornou prioridade nacional.



No momento em que este texto é escrito, 16 novas minas em parques nacionais e leitos de grandes rios foram aprovadas recentemente ou estão em processo de concessão. Uma licença de exploração de petróleo e gás de grande porte foi concedida à empresa britânica Tullow Oil and Gas, em uma área ampla, que inclui os sistemas de lagos de Zâmbia e as bacias hidrográficas e os parques nacionais associados a eles. O país também está explorando um acordo de energia nuclear com a Rosatom, a mesma empresa russa que foi processada este ano, junto com o governo sul-africano, por falta de transparência e suspeitas de corrupção.

O contexto histórico pacífico de Zâmbia e sua localização geográfica estratégica, combinados com a fome desesperada por investimento estrangeiro direto, posicionam o país na linha de frente da onda mundial de concentração de recursos, da crise do capital global e da capitalização das mudanças climáticas.

Alimentos, florestas e mudanças climáticas

Os alimentos e as florestas são dois dos muitos sistemas transversais e fundamentais afetados pelo rumo atual das coisas. Os dois sistemas fazem parte de uma crise que se desenrola em Zâmbia e que está passando despercebida em grande parte. As florestas cobrem mais da metade do território do país. O desmatamento, bem como os índices de fome e desnutrição, está entre os dez piores da região e do mundo. (1)

As florestas são fundamentais para o debate sobre a compensação de carbono nas negociações climáticas, pois estão sendo consideradas “sumidouros de carbono” que poderiam, em teoria, compensar a poluição de outros. O mecanismo principal que se está buscando é o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). A ideia por trás do REDD+ é que os países, principalmente no Norte global e nos órgãos internacionais, como o Banco Mundial, financiem medidas que afirmem conter a perda de florestas nos países tropicais. Em contrapartida, os países que fornecem o dinheiro podem reivindicar créditos de carbono pelas emissões supostamente compensadas por meio de atividades de REDD+ e continuar suas atividades como se nada estivesse acontecendo. O setor privado e as ONGs locais em Zâmbia estão aproveitando esse sistema de compensação de carbono.

Ao mesmo tempo em que parece ávido por abrir novas terras florestais para mineração, extração de petróleo e expansão do grande agronegócio, o governo de Zâmbia promove políticas e projetos de REDD+.

A BioCarbon Partners, uma ONG local de Zâmbia, em parceria com a agência de desenvolvimento dos Estados Unidos (USAID), tornou-se garota propaganda do REDD+ com o Projeto do Baixo Zambeze. De acordo com o site na internet, eles afirmam proteger 39 mil hectares de florestas no Parque Nacional do Baixo Zambeze. A BioCarbon não menciona as indústrias extrativistas nem o agronegócio como os principais impulsionadores do desmatamento em grande escala. Pelo contrário, afirma que os “pobres” são os



culpados, sem considerar as causas sistêmicas da pobreza, da privação e da exploração ambiental.

Recentemente, a BioCarbon se associou a operadores turísticos privados, permitindo que os turistas compensassem seus luxuosos safáris dando contribuições financeiras aos projetos de conservação florestal (REDD+) da BioCarbon. Enquanto os turistas internacionais podem desfrutar da natureza selvagem, um número limitado de residentes locais têm acesso restrito à área do projeto para a colheita sustentável de árvores com vistas à produção de carvão vegetal que, por sua vez, é comercializado através da BioCarbon Partners para consumidores urbanos de classe média e operadores turísticos “verdes”.

No entanto, o problema continua sendo a baixa prioridade dada aos esforços em Zâmbia para acesso igualitário a água, terra e recursos naturais, respeitando os direitos consuetudinários. Em consequência, a economia industrial e extrativista avança, a desigualdade aumenta e os meios de subsistência e sobrevivência das pessoas se tornam cada vez mais comercializados e inviáveis. Em resposta, as famílias pobres adotam várias estratégias de obtenção de alguma renda para sua vida cotidiana. As duas opções mais disponíveis às pessoas que dependem da floresta são a queima de carvão ou a exploração da madeira, principalmente para o comércio ilegal de madeira de lei, e para comunidades camponesas, a produção de monoculturas ou a produção intensiva de *commodities* apoiada pelo governo. Essas atividades mostraram ter ciclos de retroalimentação negativos concomitantes e múltiplos.

Nutrição e agronegócio

As negociações climáticas internacionais separaram a nutrição em países pobres da economia da agricultura. A agricultura industrial intensiva, por sua vez, é isentada de sua contribuição à degradação do solo, à perda de (agro)biodiversidade e da capacidade do país para construir resiliência humana e ecossistêmica. Isso fica muito claro na alta visibilidade do agronegócio empresarial nas negociações climáticas da ONU e nas contribuições distorcidas dos países a medidas de mitigação e adaptação.

Zâmbia se apresenta como o celeiro da região, com descrições de muitas terras “desocupadas” abertas a candidatos estrangeiros às concessões, abundantes recursos hídricos e um modelo de desenvolvimento e investimento agrícola orientado à exportação. Os slogans da nova política agrícola do país são: “liderada pelo setor privado” ou “agricultura como negócio”. Paralelamente a isso, o país está entre os sete mais famintos e desnutridos do Índice Global da Fome de 2017.

O Estado alocou cerca de um milhão de hectares de terras formalmente consuetudinárias a dez “blocos agrícolas” em todo o país. Os blocos são estabelecidos para a produção orientada à exportação, com base em uma única grande empresa, uma série de empresas comerciais menores e alguns pequenos agricultores que participam em regime de “fomento”. No entanto, a



aceitação e o “investimento” de capital estrangeiro direcionado a esses fins têm sido lentos. Uma declaração recente do Ministério da Agricultura de Zâmbia prometeu aumentar o gasto público no desenvolvimento da infraestrutura dos “blocos agrícolas” para incentivar o interesse estrangeiro, tanto público quanto privado. Concretamente, o quadro está longe de ser cor-de-rosa. As histórias vindas de áreas onde a propriedade da terra já foi transferida falam de perda de terras, corrupção de lideranças locais e indenizações mínimas ou inexistentes às populações afetadas.

A abertura das terras florestais a “blocos agrícolas” designados representa potencialmente um milhão de hectares de novos campos agroindustriais, o que implica uma grande contribuição à poluição por gases do efeito estufa. Apesar disso, Zâmbia identificou a agricultura como setor prioritário para alcançar sua Contribuição Nacional Determinada (NDCs) e conter as mudanças climáticas, sob o Acordo Climático de Paris, da ONU.

A “agricultura de conservação”, definida pelos princípios de plantio mínimo, rotação de cultivos e retenção de resíduos, foi selecionada como meio para alcançar as Contribuições Nacionais Determinadas no setor agrícola. Em Zâmbia, a “agricultura de conservação” é promovida em conjunto com a agrossilvicultura e o uso de tecnologias da “revolução verde”: sementes híbridas, fertilizantes à base de minerais e pesticidas.

Apesar dos anos de financiamento significativo à promoção da “agricultura de conservação” em Zâmbia, é de conhecimento geral que os agricultores adotaram muito pouco esses princípios. Grandes e pequenos agricultores, no entanto, usam cada vez mais uma ampla gama de pesticidas artificiais. A degradação do solo, a contaminação da água, a perda de insetos e a inibição da capacidade das plantas para absorver nutrientes essenciais são consequências bem conhecidas. Os agricultores também estão deixando de usar pequenos sistemas agrícolas diversos (para produção de alimentos, forragens e fibras, tanto em suas propriedades quanto na gestão de florestas/pastagens comunitárias) para adotar as grandes monoculturas de *commodities*, a fim de maximizar a aplicação efetiva de pesticidas de uso específico.

Uma pequena minoria de elite se beneficia das fases iniciais da industrialização da agricultura, adquire mais terras e mecaniza os sistemas de produção. Por outro lado, é comum as famílias de agricultores ganharem apenas 40 a 100 dólares por todo o cultivo anual. Nos anos anteriores, os preços do algodão foram tão baixos que agricultores com contratos para fornecer a empresas tiveram prejuízo depois de deduzir os custos de sementes, adubos e insumos químicos.

Diferentemente, a pesquisa está começando a documentar o amplo conhecimento que mostra como os cultivos indígenas, bem como os produtos vegetais de pequenas propriedades ou florestas, ainda contribuem significativamente para as dietas domésticas em Zâmbia. Desvalorizado pela imposição colonial e pós-colonial de pesquisas estreitas e dietas ocidentais, esse conhecimento e essa prática foram deixados de lado e, em alguns casos,



deliberadamente destruídos. (2) Zâmbia é uma nação mutilada pela desnutrição rural e a fome urbana oculta. Deve-se prestar muita atenção e apoiar com seriedade a diversidade da fauna e da flora locais, adaptáveis e resistentes ao clima.

Se ligarmos os pontos em Zâmbia, entre uma economia capitalista flutuante, as mudanças climáticas e as políticas para combater essas mudanças climáticas, além do esgotamento exponencial dos recursos naturais e da mudança nas vidas e nos meios de subsistência dos cidadãos comuns, aparecem questões graves sobre a falta de investimento em bens e serviços para benefício público, particularmente pelos doadores. Em vez disso, há um impulso concertado e colaborativo de industrialização dos sistemas alimentares locais, mercantilização dos processos de produção, corte e “cercamento” das florestas, e expansão das concessões para mineração e extração de petróleo. A concentração de terras se expande rapidamente, em grande parte, de forma não documentada, não falada e não questionada, e representa uma grave ameaça aos meios de subsistência de comunidades e camponeses que dependem da floresta. Existe uma necessidade urgente de repensar o modelo de desenvolvimento que ignora os direitos humanos básicos e destrói a biodiversidade e o conhecimento indígena. Zâmbia precisa que todos possam participar do seu próprio desenvolvimento e reivindicar seus direitos humanos e coletivos.

Zambia Agro-ecology Alliance

(1) Depending on source – Global Hunger Index: <http://www.ifpri.org/publication/2017-global-hunger-index-inequalities-hunger>. FAO, Republic of Zambia, Forest Department and NEP Facility, Forests and Climate Change, 2011, <http://www.fao.org/forestry/32680-0c227f4c90a3ef146c7f4e1728302c62b.pdf>

(2) Isso ocorre devido ao aumento das restrições nacionais e regionais sobre a venda e a troca de sementes, à concentração do controle empresarial das sementes e ao desenvolvimento de regimes desiguais de propriedade intelectual, que favorecem os direitos das empresas reprodutoras de sementes em detrimento dos sistemas de reprodução geridos pelos agricultores e seus direitos. Mais leituras em www.acbio.org.za.

(3) Ao contrário do conhecido argumento divulgado pela indústria, de que a disponibilidade é a solução para a segurança alimentar, há muita documentação sobre a produção de calorias “vazias” a partir de nutrientes pobres. Estima-se que o desperdício global de alimentos, da produção ao consumidor, esteja entre 30% e 70%. As narrativas globais sobre a crise da insegurança alimentar têm a ver com vontade política e econômica, documentada já na fome na Etiópia da década de 1970 por Amartya Sen.



Grandes represas hidrelétricas não são a resposta: tempo para repensar a infraestrutura de energia da África



Os índices africanos de eletrificação são assustadores: os mais baixos do mundo, com apenas 1% de acesso em algumas áreas rurais. Os índices médios na África subsaariana variam, de 16% em áreas rurais a cerca de 59% em áreas urbanas. Da população de 1,25 bilhão de habitantes do continente, mais de 600 milhões não têm acesso à energia moderna, o que é motivo de muita preocupação.

Ao longo do último meio século, sucessivos governos africanos têm se dado conta da necessidade de melhorar a infraestrutura e ampliar o acesso à eletricidade, e fizeram muitos esforços para resolver essas deficiências. Em 2012, chefes de estado africanos adotaram o Programa de Desenvolvimento de Infraestrutura para a África (PIDA), uma iniciativa para abordar lacunas em serviços de infraestrutura em energia, transportes, água e tecnologia da informação e comunicação. Depois de desenvolver um plano para selecionar ações prioritárias e acelerar sua implementação, 52 projetos foram escolhidos, incluindo 13 grandes projetos hidrelétricos, que aumentariam a capacidade de geração instalada em 15.000 MW combinados, com um custo de 30 bilhões de dólares. O plano de ação pretende entregar os projetos priorizados até 2020. Hoje, faltando três anos, é improvável que esse objetivo seja atingido.

Diante da polêmica e do ceticismo em torno de grandes hidrelétricas, a ONG International Rivers realizou uma análise de onze dos projetos do PIDA, avaliando a forma como estão estruturados e seu potencial para aliviar a crise energética da África a um custo econômico e financeiro razoável, enquanto promovem bem-estar social e sustentabilidade ambiental. [1] Este artigo apresenta algumas das conclusões do relatório e faz importantes considerações sobre o papel das grandes hidrelétricas no futuro energético da África.

Mudanças climáticas e grandes hidrelétricas



Por um lado, os projetos de usinas hidrelétricas do PIDA ignoram os riscos que as mudanças climáticas representam. O período de seca de 2014-2016 no leste e no sul da África resultou em uma redução nos volumes de água de muitas grandes barragens, levando a uma diminuição na geração de energia. Muitas hidrelétricas não conseguiram produzir sua capacidade firme (uma medida da capacidade de contribuir efetivamente para a confiabilidade do sistema) e algumas, na Tanzânia, tiveram que ser fechadas por falta de água adequada. A bacia do rio Zambeze foi particularmente afetada. Os níveis de água utilizáveis na barragem de Kariba, entre a Zâmbia e o Zimbábue, caíram para 14%. Os dois países enfrentaram baixa geração de energia a ponto de haver perda de produção na indústria e empregos em Zâmbia.

Em 2012, a International Rivers encomendou um estudo ao conhecido hidrologista Richard Beilfuss sobre os riscos das mudanças climáticas para projetos de energia hidrelétrica existentes e planejados no sul da África. [2] Entre outras descobertas, Beilfuss advertiu que as barragens do Zambeze não poderiam atender às necessidades de energia à medida que as temperaturas globais aumentassem e as quantidades de precipitação caíssem na bacia. Embora já tivessem sido realizadas avaliações sobre o impacto potencial das mudanças climáticas em barragens e recursos hídricos, o estudo de Beilfuss representou um valioso complemento a um coro cada vez maior, e proporcionou uma análise consistente sobre a questão. Ele concluiu que a Bacia do Zambeze era extremamente vulnerável às flutuações climáticas. Sob essas previsões, a barragem de Batoka Gorge (desfiladeiro), proposta para Zâmbia/Zimbábue, perderia até 32% de energia firme durante os anos de seca. Portanto, a atual dependência em relação à energia hidrelétrica é insustentável, e a atenção precisa ser redirecionada para tecnologias alternativas de energia.

Além disso, estudos recentes também fornecem evidências de que as usinas em regiões tropicais produzem grandes quantidades de metano, contribuindo para as emissões de gases de efeito estufa. Em um estudo de 2017, a ecologista tropical Claire Salisbury mostra que todas as barragens do mundo emitem alguns gases de efeito estufa. [3] Esse trabalho desmente justificativas anteriores para incluir represas hidrelétricas em iniciativas de financiamento climático. Existem agora evidências irrefutáveis de que o metano e outros gases do efeito estufa não são subprodutos involuntários das grandes hidrelétricas.

As grandes usinas hidrelétricas atendem a áreas urbanas e à indústria

Para alcançar os milhões de africanos que não têm acesso à eletricidade, sua distribuição geográfica precisa ser aumentada para as áreas rurais onde eles residem. Também é aí que os grandes projetos de energia hidrelétrica falham, pois têm pouca capacidade de distribuir amplamente a energia. Seu acesso é restrito a consumidores ligados à rede de distribuição, principalmente os que moram em centros urbanos e grandes indústrias – a maioria das quais são indústrias extrativas. Em 2008, as empresas de mineração consumiram mais eletricidade do que toda a população da África subsaariana. No caso do projeto da barragem de Inga 3, planejado para ser construído no rio Congo, na



República Democrática do Congo (RDC), 55% da sua capacidade de geração de 4800 MW estão destinados à exportação para a África do Sul – país cuja economia é altamente dominada pela indústria de mineração –, 30% para as minas de cobre da província de Katanga e o resto para a capital, Kinshasa. Assim, essa megafábrica não terá qualquer impacto significativo no aumento do acesso à eletricidade na RDC. Ao se concentrar em grandes usinas e na energia hidrelétrica, o continente está perdendo a oportunidade de desenvolver outras fontes de energia que pudessem melhorar o acesso a diferentes tipos de tecnologias de energia fora da rede de distribuição. Em seu relatório de 2015, “Speaking Truth to Power” [4], a ONG Oxfam observou que dois terços do investimento em energia na África são dedicados à exportação, e que o enfrentamento da pobreza energética no continente passa menos pela ambiciosa expansão da capacidade de geração de eletricidade e mais pela ambição na prestação de serviços de energia para as áreas rurais.

Ninguém tratou dos problemas de reassentamento e indenização

Uma das questões mais polêmicas associadas à construção de grandes usinas hidrelétricas tem sido o deslocamento de comunidades que dependem de rios. Essa questão delicada levou ao estabelecimento da Comissão Mundial de Barragens (WCD) no final da década de 1990. Como as comunidades ribeirinhas pagam o preço, mas não colhem os benefícios desses investimentos, a WCD concluiu que as barragens “podem acabar retirando um recurso de um grupo e o alocando a outro”.

Como resultado dessa conclusão fundamental, os credores e os bancos de desenvolvimento formularam políticas, diretrizes e salvaguardas de mitigação, mas até hoje não existe um modelo efetivo de processo legítimo e justo de reassentamento e indenização. Apesar da conscientização e das recomendações feitas pela WCD, os problemas de deslocamento e reassentamento humanos persistem. Décadas após os projetos terem sido concluídos, as comunidades que foram deslocadas pela usina de Kariba (localizada no desfiladeiro de Kariba, no rio Zambeze, entre Zâmbia e Zimbábue, construída em 1955) e muitas outras no continente, continuam lutando por indenização justa.

Além das pessoas fisicamente deslocadas pela construção de usinas e reservatórios, muitas outras, que vivem a jusante, são prejudicadas economicamente pela redução da pesca e de outras atividades econômicas relacionadas à água. Um excelente exemplo disso é o lago Turkana, do Quênia, que recebe 90% de sua água do rio Omo, que flui da Etiópia. Com a construção da Usina de Gibe III pela Etiópia e o estabelecimento de grandes plantações irrigadas de cana de açúcar, os fluxos do Omo para o lago Turkana foram reduzidos drasticamente, o que teve um efeito devastador sobre os meios de subsistência de centenas de milhares de pessoas que dependem da pesca. Em outro exemplo, a usina de Mphanda Nkuwa, no rio Zambeze, em Moçambique, ameaçaria a indústria do camarão em Zâmbia.

A economia das grandes usinas: os números não fecham



Um relatório da Unidade Holandesa de Sustentabilidade, organizado pela Comissão para Avaliação Ambiental dos Países Baixos, mostra que os efeitos sociais e ambientais dos grandes projetos hidrelétricos costumam ser subestimados, enquanto os benefícios econômicos e financeiros são superestimados. [5] Os custos das megasusinas são conhecidos por sair de controle, criando imensas dívidas para os países que as recebem. O relatório também confirma que governos e empresas têm uma tendência a adotar as grandes usinas como forma de conseguir financiamento. As empresas preferem esses grandes projetos de infraestrutura porque as elevadas quantidades de capital e a duração dos projetos obrigam os países a assumir os riscos, que se tornam muito menores para os financiadores privados. Isso também faz dos grandes projetos hidrelétricos um imã para corrupção. No final, os cidadãos são sobrecarregados com dívidas que se estendem por gerações, mas não são envolvidos na tomada de decisões.

O estabelecimento do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, projetos de compensação de carbono financiados dentro do Protocolo de Quioto e um acordo internacional vinculado à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas favoreceram ainda mais as grandes infraestruturas de barragens à custa de fontes alternativas de energia. [6]

Outro aspecto da economia das grandes hidrelétricas é que a promessa de eletricidade barata tende a ser uma ilusão. Quando os projetos são concluídos, com custo e prazos muito além do planejado, as tarifas geralmente aumentam acima dos níveis inicialmente previstos, já que os investidores procuram recuperar o que gastaram. Em Uganda, o custo da eletricidade ao consumidor aumentou significativamente após o projeto hidrelétrico de Bujugali ter chegado à rede, fazendo com que muitas pessoas não pudessem pagar. Elas recorriam ao uso de eletricidade apenas para iluminação e continuaram usando lenha e carvão para cozinhar. Isso é desanimador, depois de tantos recursos públicos terem sido gastos no projeto.

Transformação de energia

As estratégias de infraestrutura podem ter um papel importante na oferta de energia no continente africano. Para enfrentar a crise energética enquanto se promove um acesso incluyente à energia, que leve em conta os impactos das mudanças climáticas e todas as outras preocupações levantadas acima, os países africanos precisam fazer várias perguntas. De que tipo de infraestrutura precisamos? E esse tipo cumpre os nossos próprios objetivos de desenvolvimento? Quem toma decisões precisa visar deliberadamente uma infraestrutura que respeite as preocupações sociais e ambientais, para atender à maioria das pessoas que precisam da energia e definir marcos para avaliar o progresso.

Em todo o mundo, há um reconhecimento cada vez maior de que a megainfraestrutura conectada à rede de distribuição, como as grandes usinas hidrelétricas, é atrativa para aumentar a geração nacional e regional, mas lenta para entrar na rede e cara demais para a maioria dos países africanos. Um relatório de 2016 intitulado “Light Power Action: Electrifying Africa” [7], do Africa



Progress Panel, afirma o que o estudo da International River concluiu: o modelo de energia e infraestrutura do PIDA não reconhece o desempenho historicamente pobre das grandes usinas na África. Este é certamente o momento de repensar o futuro da infraestrutura energética africana.

Rudo A. Sanyanga, International Rivers

<https://www.internationalrivers.org/blogs/266/large-hydropower-dams-are-not-the-answer-time-to-rethink-africa%E2%80%99s-energy-infrastructure>

Este artigo foi publicado anteriormente em Perspectives #02/2017: Putting People Back Into Infrastructure

(1) International Rivers 2015: *Right Priorities for Africa's Power Sector: An Evaluation of Dams Under the Programme of Infrastructure Development for Africa (PIDA)*, Pretoria.

<https://www.internationalrivers.org/resources/right-priorities-for-africa-s-power-sector-9150>

(2) Beilfuss R. 2012: *A Risky Climate for Southern Africa: An Assessment of Hydro Dams on the Zambezi River*. Disponível em: <https://www.internationalrivers.org/resources/a-risky-climate-for-southern-african-hydro-7673>

(3) Salisbury C. 2017: *Counterintuitive. Global Hydropower Will Add to Climate Change*, Mongabay Series: Amazon Infrastructure, Mekong dams. Disponível em:

<https://news.mongabay.com/2017/02/counterintuitive-global-hydropower-boom-will-add-to-climate-change>

(4) Horgath R. & Granoff I. 2015: *Speaking Truth to Power: Why Energy Distribution More Than Generation is Africa's Poverty Reduction Challenge*; Working paper 418, Oxfam. https://policy-practice.oxfamamerica.org/static/media/files/FINAL_speakingpowertotruth_SH.pdf

(5) The Dutch Sustainability Unit 2017: *Better Decision-Making About Large Dams with a View to Sustainable Development*. Disponível em:

http://api.commissiomer.nl/docs/os/i71/i7199/7199_revised_advice_on_better_decision-making_about_large_dams_1june2017.pdf

(6) International Rivers, *Failed Mechanism: Hundreds of Hydros Expose Serious Flaws in the CDM*, 2007, <https://www.internationalrivers.org/resources/failed-mechanism-hundreds-of-hydros-expose-serious-flaws-in-the-cdm-3844>

(7) *Africa Progress Panel 2016: Lights Power Action: Electrifying Africa*. Disponível em: <http://www.africaprogresspanel.org>



Implicações das plantações de monocultura arbórea em Moçambique: Caso da Portucel Moçambique



Moçambique tem sido, nos últimos 10 anos o destino de vários investimentos de diversos ramos para aquisição de terras aráveis e não só, para o desenvolvimento de inúmeras atividades, entre estas agronegócio, plantações de monoculturas arbóreas, mineração, etc. A descoberta de recursos minerais, a facilidade com que os investidores estrangeiros adquirem terras em Moçambique, a abundância de terras férteis com acesso a água, a ganância pelo enriquecimento ilícito por parte de algumas elites, a falta de políticas protecionistas das camadas mais vulneráveis, a ingenuidade e a baixa escolaridade por parte da comunidade rural, a má aplicação da Lei de Terra, entre outros, são apontados como umas das várias causas que vem proporcionando atração de investimentos privados e consequentemente expropriação de terras das comunidades conhecido também como usurpação de terras.

Neste âmbito, os projetos de plantações industriais de monoculturas arbóreas vêm ganhando cada vez mais espaço neste processo de aquisição e disputa de terras. Isso tem criado sérios conflitos com as comunidades, que por sua vez chegam ao ponto de se mobilizarem para incendiar as plantações, como uma das formas de manifestar a sua insatisfação (1).

A Portucel Moçambique é uma empresa pertencente ao extinto grupo português Portucel Soporcel, atualmente denominado The Navigator Company, proprietária de grandes áreas de plantações de árvores e que se dedica ao fabrico e comercialização de papel e outros derivados da madeira. A primeira fase do projeto da Portucel em Moçambique consiste em novas plantações de eucaliptos nas províncias central da Zambézia e Manica numa área de 60 mil hectares. (2) A empresa portuguesa tem um plano de “reflorestação” que pretende cobrir 356 mil hectares até 2026. O investimento que é financiado pelo *International Finance Corporation* (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, está orçado em cerca 1,7 mil milhões de euros equivalentes a 2,3 mil milhões de dólares para plantação de eucaliptos, produção de papel e produção de energia em Moçambique.



A empresa foi constituída em Abril de 2009 e obteve o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) para uma área de cerca de 356 mil hectares. Destes, cerca de 183 mil hectares situam-se na província de Manica, abrangendo os distritos de Bárue, Manica, Mossurize, Gondola e Sussundenga, e cerca de 173 mil hectares na província da Zambézia, abrangendo os distritos de Ile, Mulevala (então posto administrativo) e Namarrói. A área de DUAT da empresa na Província da Zambézia é povoada por cerca de 13.000 agregados familiares e na Província de Manica por cerca de 11.000 agregados familiares (3).

Nas áreas onde a Portucel está instalada, a agricultura é a principal actividade de subsistência e de geração de rendimentos da população local, envolvendo praticamente todos os agregados familiares. A agricultura é praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. A produção agrícola é feita predominantemente em condições de sequeiro, nem sempre bem-sucedida, uma vez que o risco de perda é alto, devido à baixa capacidade de armazenamento de humidade no solo durante o período de crescimento das culturas (4). Neste ambiente, domina o sistema de produção através de consorciações de culturas, como a mandioca, milho e feijões nhemba e boere e/ou consorciação de mapira, milho e feijão nhemba e, em menor escala, a cultura de amendoim.

O modelo de ocupação de terra (mosaico) (5) e de aquisição de DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento de Terra) por parte da empresa, bem como os impactos que já começou a causar nas áreas de atuação, não tem passado despercebido, e tem merecido várias análises e estudos por diversas entidades, entre académicos, instituições de pesquisa e Organizações da Sociedade Civil. Curiosamente, os resultados e conclusões destas análises indicam que a Portucel cometeu irregularidades na sua atuação e prejudicou várias famílias usurpando terras férteis para prática de agricultura (6).

A organização da sociedade civil, Justiça Ambiental, por exemplo, no seu estudo de 2016 (7) que fala sobre o processo de acesso a terra e os direitos das comunidades locais nas áreas ocupada pela Portucel em Socone, distrito de Ile, na província da Zambézia, concluiu que: (i) as consultas comunitárias para efeitos de aquisição de DUAT denotam irregularidades legais por terem sido mal conduzidas, não houve entendimento que ao ceder as suas porções de terra os membros comunitários iriam receber apenas o valor pelo trabalho de limpeza dessas mesmas machambas; (ii) a insatisfação dos membros comunitários é visível, devido às elevadas expectativas criadas pelas inúmeras promessas efetuadas na consulta comunitária, exacerbada pela situação vulnerável de pobreza em que estas comunidades se encontram, tornando-os alvos fáceis ao aliciamento; (iii) as comunidades visitadas sentem que a entrada da Portucel vem a limitar o seu acesso à terra e colocá-los numa situação de maior vulnerabilidade e insegurança alimentar; (iv) não há clareza sobre o tipo de emprego, submetendo em maioria dos casos a comunidade ao emprego precário de curta duração e com salário não fixo.



Por sua vez, estudo levado a cabo pela instituição de pesquisa OMR (Observatório do Meio Rural) em Namarroi, província da Zambézia, em 2017, intitulado “Plantações florestais e a instrumentalização do Estado em Moçambique” (8), constatou que o modelo de atuação da Portucel tem causado: (i) diminuição da área de produção dos agregados familiares; (ii) redução da quantidade produzida e da estrutura produtiva com indicação de potenciais riscos de insegurança alimentar; (iii) redução da segurança de posse de terra dos agregados familiares e futuras gerações; (iv) desequilíbrio no mercado de trabalho, sub-emprego e desemprego, e dependência do assalariamento; (v) diferenciação de classes sociais a nível comunitário promovida pelo desenvolvimento não-inclusivo característico deste tipo de atuação.

Numa outra análise, de índole legal, feita pela Justiça Ambiental, sugere afirmar que, o DUAT foi obtido pela empresa antes da realização da consulta comunitária.

Ademais, acredita-se que o “modelo mosaico”, supostamente implementado pela empresa no processo de ocupação de terra, seja problemático. Para além de contribuir para aumento da distância de coleta de lenha e outros recursos florestais, e abrir espaço para que as machambas da população sejam cercadas por povoamentos de eucaliptos, possibilita a diminuição de área de produção das famílias locais e conseqüentemente a diminuição da produção agrícola (9).

Diante deste cenário, é responsabilidade do Governo intervir de forma célere para salvaguardar o direito das comunidades locais e garantir que a atração de investimentos no país seja feita de forma responsável e racional, sem pôr em causa a subsistência das famílias locais e a sustentabilidade dos recursos naturais e o meio ambiente no geral. Assim sendo, a Justiça Ambiental deu entrada em Agosto do 2017 um ofício ao Provedor de Justiça da República de Moçambique a solicitar a intervenção do Provedor de Justiça com vista ao estabelecimento da legalidade, justiça e dos direitos das comunidades afetadas pelo empreendimento da empresa Portucel Moçambique.

Justiça Ambiental, <http://ja.org.mz/en/>

(1) Calengo, A.; Machava, F.; Vendo, J.; Simalawonga, R.; Kabura, R. e Mananze, S. (2016). O Avanço das Plantações Florestais sobre os Territórios dos Camponeses no Corredor de Nacala: o caso da Green Resources Moçambique. Maputo: Livangingo, Justiça Ambiental e União Nacional dos Camponeses,

https://issuu.com/justicaambiental/docs/o_caso_da_green_resources_moc_ambi

(2) Banco Mundial financia com 1,7 MME projeto da Portucel em Moçambique, Outubro 2013, http://noticias.sapo.pt/internacional/artigo/banco-mundial-financia-com-1-7-mme-projeto-da-portucel-em-mocambique_16824131.html

(3) A Portucel Moçambique, <http://www.portucelmocambique.com/Publicacoes-e-Documentos>

(4) MAE - Ministério da Administração Estatal (2005). Perfil do Distrito do Ile. Província da Zambézia, República de Moçambique.

(5) Modelo adoptado pela Portucel que supostamente envolve o acesso gradual a terra após o consentimento por parte das comunidades, resultante de um processo de negociação entre a empresa e a população residente nas áreas abrangidas pelo DUAT. Posteriormente, as



plantações são realizadas nas áreas cedidas, de forma voluntária, com base no modelo mosaico (Portucel, 2016 citado por Bruna, 2016).

(6) Bruna, N. (2017): Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique. Maputo: Observatório do Meio Rural, <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-53-plantacoes-florestais-e-a-instrumentalizacao-do-estado-em-mocambique/>; Machoco, R.; Cabanelas, V. E.; Overbeek, W. (2016). Portucel – O processo de acesso à terra e os direitos das comunidades locais. Maputo: Justiça Ambiental, <http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/portucel-o-processo-de-acesso-a-terra-e-os-direitos-das-comunidades-locais/>; ADECRU, Plantações florestais da Portucel ameaçam a segurança alimentar nas comunidades do distrito de Namaroi, na Zambézia, <https://adecru.wordpress.com/2016/07/01/plantacoes-florestais-da-portucel-ameacam-a-seguranca-alimentar-nas-comunidades-do-distrito-de-namaroi-na-zambezia/>; Jornal Verdade, Camponeses de Chiuala-Honde revoltados com a Portucel, 2013, <http://www.verdade.co.mz/economia/38305-camponeses-de-chiuala-honde-revoltados-com-a-portucel> e Jornal Verdade, Portucel - mais um caso de conflitos de terra, 2013, <http://www.verdade.co.mz/ambiente/42243-portucel-mais-um-caso-de-conflitos-de-terra>

(7) Machoco, R.; Cabanelas, V. E.; Overbeek, W. (2016). Portucel – O processo de acesso à terra e os direitos das comunidades locais. Maputo: Justiça Ambiental, <http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/portucel-o-processo-de-acesso-a-terra-e-os-direitos-das-comunidades-locais/>.

(8) Bruna, N. (2017): Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique. Maputo: Observatório do Meio Rural, <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-53-plantacoes-florestais-e-a-instrumentalizacao-do-estado-em-mocambique/>

(9) Bruna, N. (2017): Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique. Maputo: Observatório do Meio Rural, <http://omrmz.org/omrweb/publicacoes/or-53-plantacoes-florestais-e-a-instrumentalizacao-do-estado-em-mocambique/> e Machoco, R.; Cabanelas, V. E.; Overbeek, W. (2016). Portucel – O processo de acesso à terra e os direitos das comunidades locais. Maputo: Justiça Ambiental, <http://wrm.org.uy/pt/outras-informacoes-relevantes/portucel-o-processo-de-acesso-a-terra-e-os-direitos-das-comunidades-locais/>

Soberania alimentar no Zimbábue: as árvores mopane e a subsistência local



Sinikiwe Ncube, 46, mora com seus três filhos na aldeia de Mazwi, sob o comando do chefe Malaba, em Matabelelândia Sul. Sua família tem sobrevivido da coleta de lagartas de mopane por muitos anos. No entanto, ao longo dos



últimos anos, a população das lagartas tem diminuído, ameaçando sua família com a perda do sustento e da soberania alimentar.

As lagartas de mopane se alimentam principalmente das folhas da mopane. Essa árvore, cientificamente conhecida como *Colophospermum mopane*, costuma ser encontrada em áreas quentes, secas e baixas do Zimbábue, como a aldeia de Mazwi, na Matabelelândia Sul. A árvore é conhecida localmente como *iphane*, no idioma isindebele, ou *mupani*, em shona. Os habitantes locais chamam as lagartas de mopane de *amacimbi*, em isindebele, ou *madora*, em Shona.

A aldeia de Mazwi é uma das partes mais secas do Zimbábue. O solo rochoso e infértil, juntamente com padrões de precipitação instáveis e temperaturas extremamente elevadas, é hostil ao cultivo. Os moradores que insistem em plantar tiveram que assistir dolorosamente ao desaparecimento dos cultivos sob o calor implacável. As agências de ajuda tiveram que socorrer os moradores em função da persistente falta de alimentos. É a sobrevivência do mais apto, mesmo para qualquer outro organismo vivo, incluindo a vegetação. Poucas árvores sobreviveram ao ambiente muito quente, e uma dessas árvores, a mopane, é encontrada nas áreas isoladas de florestas densas.

É nessas florestas que os membros da comunidade local estão obtendo seu sustento a partir da coleta de lagartas de mopane. Eles também dão vários outros usos à árvore, como madeira para artesanato, pequenos itens domésticos, cercas, vigas para cabanas e lenha. Algumas empresas usam essa árvore na fabricação de vigas para sustentar minas, dormentes de ferrovias, e, às vezes, pisos de madeira. Durante a temporada de inverno, as árvores mopane perdem as folhas, dando à aldeia uma imagem de miséria. No entanto, o cenário muda drasticamente no verão, e a beleza das folhas da mopane não é apenas atraente ao olho humano: as lagartas eclodem dos ovos que são postos debaixo das folhas. Logo após a eclosão, elas começam a se alimentar das folhas da árvore. As lagartas desempenharam um papel fundamental nas vidas dos moradores da aldeia de Mazwi.

As lagartas de Mopane geralmente aparecem algumas semanas após as chuvas, durante o início da temporada de verão. São comedoras vorazes, e seus hábitos alimentares permanentes podem fazer com que desfolhem uma árvore, depois seguindo à próxima. O processo é repetido até que as lagartas tenham atingido o estágio seguinte de seu ciclo de vida, no qual sofrerão metamorfose subterrânea.

Logo após a aparência da lagarta, as florestas tornam-se vivas, com dezenas de aldeões explorando as árvores, uma a uma, para coletar as lagartas, no que se tornou um ritual anual na aldeia de Mazwi. Centenas de pessoas convergem às florestas, seja na província de Matabelelândia Sul ou em outras de todo o país.

“Quando chega a hora de coletar lagartas de mopane, todas as atividades na aldeia se interrompem, pois os moradores se dedicam à coleta. A atividade não é regulamentada e cada família se esforça para coletar o máximo que puder.



Às vezes, tenho que impedir que meus filhos vão à escola para me ajudar a coletar lagartas de mopane”, diz Sinikiwe. Ela acrescenta que a coleta das lagartas não é simples, pois pode-se voltar para casa com as mãos vazias.

“Algumas árvores são muito altas e é necessária bastante destreza para escalá-las e soltar as lagartas que não caírem após uma sacudida violenta dos galhos. As lagartas são muito espinhosas e é preciso pegar com cuidado. Elas também destroem a pele e as roupas com alguma substância amarronzada que excretam quando tocamos nelas”, diz ela.

Depois de coletar as lagartas de mopane, Sinikiwe diz que o próximo passo é espremer as entranhas, e isso não é tarefa para os fracos.

“As entranhas têm aparência ensanguentada e sujam tudo. Depois de um dia espremendo, a mão fica muito dolorida e desagradável de olhar”. O último passo, diz ela, é lavá-las em água corrente e ferver. Depois elas são secas e embaladas, e podem durar muitos meses se forem processadas devidamente.

Os benefícios das lagartas de mopane para a comunidade

As lagartas de mopane desempenham um papel importante no bem-estar econômico e social dos moradores de Mazwi. Para reafirmar esse papel econômico, a comunidade construiu um Centro de Processamento de última geração para embalar, armazenar e vender as lagartas. O Centro Matobo de Processamento e Agregação de Valor é um projeto com participação de 57 membros da comunidade (49 mulheres e 8 homens) que se uniram para iniciar estratégias de agregação de valor a recursos naturais locais. O projeto compra lagartas dos membros da comunidade e as embala para vender a mercados urbanos, onde os preços são mais lucrativos.

“Este projeto é um enorme investimento. Tivemos que buscar financiamento extra com as agências de desenvolvimento para garantir que funcionasse, mas estamos preocupados com o futuro do projeto porque as lagartas já não são encontradas em abundância”, diz Sinikiwe.

Ela conta que costumava coletar até 18 baldes (de 20 litros) de *amacimbi* por temporada, mas nos últimos três anos, só conseguiu obter uma média de quatro, e que a coleta baixa deixou sua família e a comunidade em geral em uma posição econômica precária.

“A *amacimbi* é um componente importante do bem-estar e da dieta da minha família. Eu venho conseguindo pagar mensalidades escolares e comprar uniformes com a venda da *amacimbi*”, diz Sinikiwe.

A renda da venda de lagartas de mopane tem sido muito importante para o sustento de pessoas que possuem lojas no centro comercial Tshelanyemba, próximo dali. Os moradores da aldeia também dinamizam os negócios do centro depois de venderem as lagartas de mopane que coletaram. O declínio na população de lagartas está provocando ansiedade entre moradores e



lojistas, e o Centro Matobo de Processamento e Agregação de Valor é um dos empreendimentos gravemente afetados.

O impacto da perda da população de lagartas de mopane

Os membros da comunidade dizem que o declínio na população de lagartas se deve aos comerciantes de carvão, principalmente de fora da região de Matabelelândia. Eles dizem que esses comerciantes têm um bom mercado nas cidades, onde há pouca oferta de eletricidade e o carvão é usado para cozinhar.

“Algumas pessoas vão para as florestas e cortam árvores de mopane grandes para transformá-las em carvão vegetal. Elas não consultam os moradores locais e fazem isso sem autorização de ninguém. São principalmente grupos de jovens desempregados que fazem esse trabalho porque ele demanda muita mão de obra. Depois de processar o carvão, eles contratam caminhões para transportá-lo aos centros urbanos durante a noite, fugindo dos postos de controle da polícia, porque sabem que é ilegal”, diz Sinikiwe.

Ela acrescenta que, se essa destruição por parte de pessoas de fora sua comunidade não for controlada, todos os investimentos e meios de subsistência da comunidade serão destruídos. Ativistas ambientais concordam com Ncube em que o rápido esgotamento das árvores de mopane exige ação imediata.

Gertrude Pswarayi, Coordenadora para o Zimbábue da associação Participatory Ecological Land Use Management (PELUM), diz que a dizimação das árvores de mopane em Matabelelândia Sul está associada ao declínio geral das florestas em todo o mundo, principalmente para atender às demandas por alimentos, água doce, madeira, fibra e combustível, que crescem rapidamente.

“As florestas estão desaparecendo em todo o Zimbábue, e a triste verdade é que as comunidades rurais pobres, como os moradores de Mazwi, têm de suportar os efeitos negativos da redução dos ecossistemas”, diz Pswarayi. Ela acrescentou que os efeitos nocivos da degradação das florestas e outros ecossistemas estão contribuindo para o aumento das desigualdades e disparidades entre grupos de pessoas. E isso, às vezes, ela diz, é “a principal causa do conflito social”.

Gertrude também destacou que as mulheres enfrentam uma vulnerabilidade cada vez maior em comparação com os homens. Ela diz que, em muitas famílias de Matabelelândia Sul, os homens deixam suas aldeias para ir a outras partes do país ou cruzar a fronteira para procurar empregos mais bem pagos, e as mulheres ficam dependendo do ambiente esgotado para sobreviver: “A dependência das mulheres rurais em relação às florestas raramente é medida e, portanto, elas costumam ser ignoradas nas estatísticas nacionais e em diagnósticos de pobreza, resultando em estratégias inadequadas que não levam em conta o papel do meio ambiente na redução da pobreza”.



Outra questão fundamental que emana do declínio dos ecossistemas é a mudança sociocultural. Gertrude diz que culturas, religiões, interações sociais e sistemas de conhecimento humanos são muito influenciados por florestas e outros ecossistemas: “A árvore de mopane e a lagarta de mopane fomentaram um modo de vida distinto para os moradores de Matabelelândia Sul. Diversas expressões culturais surgiram sob a forma de cerimônias e estão ligadas a uma compreensão mais profunda do meio ambiente do qual os moradores das aldeias dependem”.

Em alguns casos, os esforços atuais para conter a dizimação das florestas pioraram a situação dos moradores das aldeias rurais. Muitas iniciativas envolvem a privatização de terras e todos os recursos existentes nelas. Algumas empresas de mineração receberam grandes extensões e as separaram dos moradores, privando-os de seus meios de subsistência. Essas empresas têm controle total sobre suas concessões, e os moradores são tratados como intrusos. Gertrude Pswarayi acrescentou que os moradores das aldeias, assim como animais selvagens e domésticos que são integrantes do ecossistema local, costumam perder direitos devido à privatização da terra.

Com o declínio das lagartas de mopane, Sinikiwe Ncube e outros moradores da aldeia de Mazwi continuam tendo sua soberania alimentar ameaçada. Eles querem ação, o mais rápido possível, para que suas vidas retornem aos dias gloriosos em que conseguiam encher muitos baldes de *amacimbi* enquanto viviam em harmonia com a natureza.

Frank Jabson, frankjabson@yahoo.com
Jornalista, Matabelelândia, Zimbábue

Plantações industriais de árvores no Leste e no Sul da África



Do final do século XIX até meados do século XX, muitos países africanos sob controle político da Grã-Bretanha – a principal potência colonial da região na



época – foram pressionados a estabelecer plantações de madeira em resposta ao que se percebia como esgotamento de suas florestas. Em 1876, a África do Sul foi um dos primeiros países a estabelecer plantações de eucalipto como combustível para motores ferroviários e plantações de pinheiros para obter madeira usada na construção, e foi seguida mais tarde por Suazilândia, Uganda e Quênia. A partir de 1945, após o final da Segunda Guerra Mundial, as plantações foram ampliadas para aumentar a produção de itens e materiais à base de madeira, que havia se tornado escassa nos países industrializados.

À medida que se tornaram independentes da Grã-Bretanha a partir dos anos 60, os países receberam financiamento adicional de várias instituições de desenvolvimento para criar departamentos de “silvicultura”, bem como para implementar plantações industriais. Uma delas foi a British Colonial Development Corporation (CDC) (posteriormente Commonwealth), que estabeleceu grandes plantações, bem como fábricas de celulose e papel em vários países do leste e do sul da África, incluindo Tanzânia, África do Sul e Suazilândia. Outra instituição internacional que apoiou esse processo foi o Banco Mundial, financiando plantações industriais no Quênia, no Malauí, na Tanzânia e na Suazilândia, bem como em Zâmbia, em conjunto com a CDC. Mais recentemente, as chamadas agências governamentais de desenvolvimento, como a norueguesa NORAD, financiaram plantações de árvores em Uganda e na Tanzânia, enquanto o governo finlandês promovia sua expansão em Moçambique e no Quênia.

Desde a década de 1980, políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) baseadas no modelo econômico neoliberal foram usadas para impor “programas de ajuste estrutural” no Sul global. Para ter acesso ao dinheiro do FMI e pagar suas dívidas com governos e bancos do Norte, os países foram obrigados a promover privatização, liberalizar o comércio e oferecer incentivos à exportação e subsídios às empresas – inclusive para plantações industriais de árvores. Nos últimos dez anos, mais privatização e a financeirização da terra permitiram que as empresas tivessem acesso a terras estatais e comunitárias mais baratas e fizessem investimentos de baixo custo em plantações de árvores novas e já existentes na África.

Como em outras regiões do Sul global, um dos principais atores que contribuíram para a introdução e a promoção do modelo “silvícola” de plantação de árvores do Norte em toda a África tem sido a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Esse modelo industrial com raízes europeias se baseia em uma definição distorcida, segundo a qual uma floresta é apenas um monte de árvores cujo objetivo principal é produzir madeira. A definição enganosa de “floresta” da FAO inclui monoculturas industriais, em grande escala e de idade homogênea, geralmente na forma de plantações de milhões de árvores não nativas e potencialmente invasivas, incluindo variedades geneticamente modificadas de eucalipto e álamo, que são descritas enganosamente como florestas “plantadas”. Essa definição tendenciosa não reconhece outras funções, benefícios e valores essenciais das florestas reais, e também ignora o importante papel das comunidades humanas que vivem nas florestas de forma sustentável, as protegem e dependem delas para obter seu sustento e manter suas identidades culturais.



Nova onda de “concentração de terras” para plantações: quem está por trás?

Na maioria dos países africanos, a terra é oficialmente propriedade do Estado. Mas, na prática, pertence a comunidades locais que vivem nela há gerações. O modo como a terra é usada e organizada foi determinado pelo direito consuetudinário. Em muitos países, comunidades locais e indígenas, juntamente com grupos de apoio, estão envolvidas em lutas para conquistar o reconhecimento, por parte de Estado, de sua propriedade consuetudinária e coletiva sobre a terra.

Consequentemente, a nova onda de projetos de plantação de árvores na África está afetando diretamente a vida e os meios de subsistência locais. Ao longo dos últimos dez anos, como parte do processo mais amplo de concentração da terra que ocorre no Sul global, o capital financeiro tem se voltado a especulações de longo prazo com terras onde há plantações de árvores, como uma nova opção de investimento. Entre eles estão o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o Banco Europeu de Investimento (BEI), o Banco Mundial, juntamente com sua subsidiária comercial da Corporação Financeira Internacional (IFC), bem como entidades privadas, como bancos comerciais, fundos de pensão e os chamados fundos de “investimento verde”, que usam dinheiro privado e público.

Para facilitar a concentração ou usurpação de terras, os países do Norte global criaram novos instrumentos financeiros destinados a facilitar os investimentos em terras e infraestrutura estrangeiras. Por exemplo, em 2004, o governo dos Estados Unidos criou a Millennium Challenge Corporation (MCC), que tem um papel fundamental na mercantilização das terras agrícolas africanas e em sua abertura para grandes empresas do agronegócio daquele país. A MCC tem projetos, por exemplo, em Madagascar e Moçambique.

Em Moçambique, por exemplo, vários milhões de hectares de terras passaram às mãos de empresas e investidores nos últimos anos, inclusive para o cultivo de plantações de árvores. Além disso, a terra almejada pelas empresas de plantação de árvores e agronegócio é a que tem o melhor potencial agrícola. Ao facilitar o acesso a terras férteis ou oferecer arrendamentos ou concessões aos investidores, os governos os isentam de investir na compra de terras, o que os estimula a ocupar mais terras a partir das quais possam aumentar seus lucros.

Outra ameaça de expansão vem com o Acordo Climático de Paris, da ONU, que classifica as plantações de árvores como “florestas” com o potencial de armazenar temporariamente o carbono. Isso proporciona um incentivo para se criar mais “cobertura florestal” com plantações de árvores, também chamadas erroneamente de “florestas plantadas” no jargão da FAO.

O plano de reflorestamento mais ambicioso anunciado em Paris foi a Iniciativa de Restauração da Paisagem Florestal Africana (AFR100). Ela afirma que 100 milhões de hectares de terras “desmatadas” e degradadas na África podem ser



restaurados até 2030. O esquema visa complementar (1) o Desafio de Bonn, que é um compromisso de restaurar 150 milhões de hectares em todo o mundo até 2020, (2) a Declaração de Nova York sobre Florestas, que se baseia no Desafio de Bonn e o amplia a 350 milhões de hectares até 2030, e (3) a Iniciativa Africana de Paisagens Resilientes (ARLI), para promover a gestão integrada da paisagem com o objetivo de se adaptar às mudanças climáticas e mitigá-las. O Banco Mundial anunciou que fornecerá um bilhão de dólares à AFR100 na forma de investimentos institucionais em 14 países até 2030. Esse valor será complementado pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) da Alemanha, que dará apoio financeiro à estrutura da AFR100. A FAO também é uma das principais parceiras no projeto, bem como o World Resources Institute (WRI). Os financiadores privados são principalmente empresas de investimento de capital financeiro. Até hoje, os governos africanos comprometidos são os de Quênia, Madagascar, Moçambique, Malauí e Uganda. (1)

Outro grupo fundamental de atores que promovem as plantações de árvores em todo o mundo e têm interesse financeiro direto em sua expansão é o das consultorias internacionais de “silvicultura”, principalmente de países do Norte global com indústrias madeireiras estabelecidas, como Finlândia, Suécia, Alemanha e Estados Unidos. A Indufor e a Pöyry da Finlândia, por exemplo, ajudam a identificar “novos mercados” e “dão assistência” aos governos nacionais na elaboração de seus “planos florestais” nacionais, que muitas vezes têm forte ênfase em novas plantações de árvores. Por exemplo, em 2011, a Pöyry produziu uma “Análise das plantações florestais industriais na África”, que revela quais países “têm bom potencial para expandir o desenvolvimento das plantações”. Os do leste e do sul do continente são descritos como países com potencial para o desenvolvimento de plantações de árvores.

Por que as plantações de árvores são promovidas?

Os investidores com foco nos projetos de plantação de árvores do Leste e do Sul da África mencionam frequentemente mais de um propósito ou produto para promover suas plantações, na esperança de expandir suas opções para aumentar os lucros. Estas são algumas das opções:

- Plantações para madeira (toras para serraria) ou energia (lenha/carvão)

Vários investidores afirmam que suas plantações fornecerão toras, voltadas à produção de móveis ou madeira para lenha, tanto para mercados nacionais quanto para exportação. Essas empresas costumam afirmar que suas atividades reduzem a pressão sobre as florestas nativas. No entanto, o contrário é mais frequente. Em Moçambique, por exemplo, após quase dez anos de investimento e expansão de plantações de eucalipto e pínus, as florestas nativas continuam sendo destruídas para extração e exportação de madeira de alto valor, de espécies que não o eucalipto ou o pínus. Por sua vez, a expansão das plantações de árvores também foi denunciada como causa direta e indireta do desmatamento. Por exemplo, de acordo com as comunidades locais afetadas, a expansão dessas plantações na província de Niassa, em Moçambique, destruiu grandes áreas da floresta.



- Plantações para produção de celulose e papel

A madeira é a principal matéria-prima usada na produção de papel. No Leste e no Sul da África, a tendência crescente à criação e expansão de plantações e fábricas de celulose no Sul global só se materializou na África do Sul, com dez fábricas pertencentes principalmente às multinacionais Sappi e Mondi. Um dos motivos dessa situação é que as novas fábricas de celulose precisam de 50 a 100 mil hectares de plantações de árvores próximos, para garantir um suprimento contínuo de “toras novas” e demandam um investimento cada vez maior de vários bilhões de dólares. Isso também exige que uma empresa obtenha garantias (como subsídios ou infraestrutura) do governo envolvido antes de decidir continuar com um investimento tão grande, que poucos países da África podem oferecer. No entanto, agora Moçambique também está no radar das empresas de celulose. A portuguesa Portucel está expandindo suas plantações de madeira no país com o objetivo de estabelecer uma fábrica de celulose no futuro.

- Plantações como sumidouros para dióxido de carbono

A ideia de criar “sumidouros de carbono” vem impulsionando a expansão das plantações de árvores no Leste e no Sul da África por mais de duas décadas, em resposta à oportunidade de ganhar dinheiro fácil com a geração e a venda dos chamados “créditos de carbono”, que compensariam a poluição de alguma outra indústria ou país, em algum outro lugar. Em 1994, um dos primeiros projetos de plantação de árvores com compensação de carbono foi criado em Uganda pela fundação holandesa FACE (atualmente chamada Face the Future). Cobrindo 25 mil hectares junto ao Parque Nacional Mount Elgon, o projeto resultou em graves violações dos direitos humanos. Os moradores locais foram expulsos e perderam seus meios de subsistência, e o projeto acusado de promover uma forma de neocolonialismo. Projetos semelhantes de plantações para carbono continuaram a ser criados em Uganda, Tanzânia e outros países africanos nos anos seguintes.

- Plantações para produção de energia de biomassa lenhosa

A maior parte da energia alternativa “verde” necessária na UE deve vir da queima de biomassa lenhosa. A UE está importando quantidades crescentes dessa biomassa principalmente do sul dos Estados Unidos. No entanto, a África ainda pode exportar para a Europa se a demanda aumentar.

Lutas comunitárias contra plantações de monoculturas de árvores

Embora sejam muitos os fatores impulsionadores da expansão das plantações de árvores no Sul e no Leste da África e os diferentes fins para os quais elas podem ser usadas, os impactos sobre as comunidades costumam ser muito semelhantes, já que a maior parte das empresas usa o mesmo modelo de grandes plantações, na maioria das vezes, de eucalipto, e também aplica estratégias e táticas idênticas para promover seus projetos.

Um dos principais desafios para as comunidades da região é garantir e manter o controle sobre as terras das quais dependem e que usam de acordo com práticas consuetudinárias. Isso se aplica principalmente ao Leste da África,



onde cerca de 75% da população vivem em áreas rurais. Na maioria das vezes, sua subsistência depende dos alimentos que elas conseguem produzir. Quando não expulsam fisicamente as famílias de suas casas, as empresas costumam restringir o acesso a terras agrícolas e florestas, mas geralmente negam que isso aconteça.

Outro desafio para as comunidades que conseguem resistir à expulsão e permanecem em suas casas depois que suas terras são invadidas por plantações de árvores é que, em algum momento, elas sofrerão grande escassez de água. Isso geralmente ocorre após alguns anos, quando as plantações crescem e consomem mais água, principalmente durante a estação seca. A seca atual no Sul da África agravou ainda mais o impacto das plantações de árvores sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Uma tática usada pelas empresas para apaziguar as comunidades afetadas é, por exemplo, prometer poços.

Outro impacto grave é o efeito da aplicação de agrotóxicos. Isso inclui herbicidas e inseticidas usados para evitar o crescimento de plantas competitivas ou inseticidas para matar formigas e outros insetos ou fungos que possam prejudicar as árvores das plantações. Esses venenos representam uma grave ameaça à saúde dos trabalhadores que os aplicam e podem prejudicar animais selvagens e gado, que bebem água contaminada de córregos e em torno das áreas de plantações, bem como moradores locais que também usam água contaminada de poços para lavar, beber e cozinhar.

Os impactos, que já são graves, ficam ainda piores para as mulheres. São elas que realizam tarefas como coleta de água e produção de alimentos. Em muitos países africanos, as mulheres fornecem 70% da mão de obra no campo, obtêm 90% da água doméstica e são responsáveis pela produção de 60 a 80% dos alimentos consumidos e/ou vendidos pelas famílias. Elas representam 100% do processamento de alimentos, 80% do armazenamento e transporte de alimentos e 90% da mão de obra para preparar o solo antes do plantio. Apesar disso, seus direitos à terra são muito menos garantidos do que os dos homens.

A tendência atual à expansão das plantações de árvores no Leste e no Sul da África mostra, mais uma vez, a necessidade urgente de um processo diferente para a “restauração de terras”, que não seja movido por lucro ou corrupção empresarial, e sim liderado por comunidades locais e implementado de maneiras que elas acreditem ser necessárias para melhorar seus meios de subsistência e bem-estar, enquanto protegem seus ambientes e garantem acesso e controle sobre recursos e terra. As terras comunitárias que foram invadidas por plantações de árvores devem ser devolvidas às comunidades. Existem exemplos no Brasil, na Tailândia e na Indonésia em que plantações de árvores foram reconvertidas para um uso da terra definido pelos interesses e prioridades das comunidades locais, e controlados por elas.

Este artigo se baseia no relatório publicado pela Timberwatch Coalition e o WRM em 2016, “Plantações de árvores industriais que invadem o leste e o sul da África”. Você pode acessar o relatório completo, com todas as referências,



em: <http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2016/10/2016-10-Plantations-in-ES-Africa-TW-WRM-med-screen.pdf>

(1) Veja mais informações em um artigo do Boletim 228, de janeiro de 2017, <http://wrm.org.uy/articles-from-the-wrm-bulletin/section1/main-initiatives-to-expand-tree-plantations-in-latin-america-africa-and-asia/>

Alertas de Ação

Campanha Não ao ProSavana: Declaração dos povos

A Terceira Conferência Triangular dos Povos, organizada pela Campanha “Não ao ProSavana”, reuniu pessoas e organizações de Brasil, Moçambique e Japão em Maputo, Moçambique, em outubro de 2017. A Conferência aconteceu em um contexto em que o governo de Moçambique prioriza as parcerias público-privadas, cujo principal objetivo é permitir a entrada de grandes investimentos no agronegócio, na mineração e no petróleo. A declaração dos povos da Conferência faz um chamado a uma ampla mobilização e à organização de uma frente comum contra esse modelo de desenvolvimento. Leia a declaração (em português) aqui:

<https://www.farmlandgrab.org/post/view/27604>

O povo Sengwer pede socorro na Floresta de Embobut, no Quênia

Os sengwers são indígenas que vivem na floresta de Embobut, nas colinas de Cherangani, no Quênia. Desde o domínio colonial britânico, eles vêm sendo expulsos de suas casas. Agora, esses despejos violentos estão ocorrendo em nome da conservação, para proteger as florestas e enfrentar as mudanças climáticas. A União Europeia está financiando um novo projeto de seis anos: Water Towers Protection and Climate Change Mitigation and Adaptation Programme. Em 2016, os sengwers apelaram à UE para respeitar seus direitos de viver na floresta. Assista a dois vídeos (em inglês) da ONG Forest People Program com os sengwers falando sobre os despejos e suas vidas na floresta, e onde eles são forçados a viver atualmente: <http://www.conservation-watch.org/2017/12/01/even-if-they-want-to-kill-us-let-them-kill-us-here-we-must-continue-to-stay-sengwer-women-cry-for-help-in-the-embobut-forest-kenya/>

Recomendados

“Plantações de árvores industriais invadem o leste e o sul da África”

Este relatório, compilado pelo Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) e pela Timberwatch Coalition (TW), agora também está disponível em suaíli. Ele trata de vários fatores internos e externos que determinam mudanças na extensão da terra com plantações industriais de árvores em onze



países do leste e do sul do continente: Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbábue; Quênia, Tanzânia e Uganda; África do Sul, Suazilândia e Lesoto; e Madagascar.

Acesse o relatório em suaíli:

<http://wrm.org.uy/books-and-briefings/mashamba-makubwa-ya-miti-kwa-ajili-ya-viwanda-yanavyovamia-mashariki-na-kusini-mwa-afrika/>

E em inglês:

<http://wrm.org.uy/books-and-briefings/industrial-tree-plantations-invading-eastern-and-southern-africa/>

Estudo liga monocultura de eucalipto à falta d'água em Minas, Brasil

Quase cinco décadas depois do início de sua implantação, a monocultura de eucalipto se tornou o principal fator de deterioração dos recursos hídricos no semiárido mineiro, afirma o técnico Walter Viana, responsável pela Fiscalização Ambiental na Superintendência de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Supram) do Norte de Minas e autor de tese sobre a desertificação na região. Como medida para combater o déficit hídrico provocado por essa cultura, ambientalistas defendem a proibição de novos plantios na região. Leia o artigo (em Português) aqui: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/11/27/interna_gerais,919749/estudo-liga-monocultura-de-eucalipto-a-falta-d-agua-no-semiarido-em-mg.shtml

Veja também o reporte do WRM “Impactos das plantações industriais de árvores sobre a água”

<http://wrm.org.uy/pt/files/2016/10/Impactos-en-el-agua-de-las-plantaciones-industriales-de-%C3%A1rboles-PORTUGUES.pdf>

Conflito de terras na Costa do Marfim: comunidades locais continuam lutando contra o Estado e a empresa belga SIAT

Três comunidades da Costa do Marfim foram informadas, em 2015, de que o governo deu uma concessão que abrange um total de 11 mil hectares para que a Compagnie Hevéicole de Prikro (CHP), filial da empresa belga Société d'investissement pour l'agriculture tropicale (SIAT) na Costa do Marfim, estabeleça uma plantação industrial de seringueiras. Um relatório recente da ONG GRAIN relata a luta permanente das comunidades pela recuperação de suas terras.

Inglês: <https://www.grain.org/article/entries/5855-land-conflict-in-cote-d-ivoire-local-communities-defend-their-rights-against-siat-and-the-state>

Espanhol: <https://www.grain.org/article/entries/5856-conflictos-de-tierras-en-costa-de-marfil-las-comunidades-se-defienden-ante-siat-y-el-estado>

Francês: <https://www.grain.org/article/entries/5854-conflit-foncier-en-cote-d-ivoire-les-communautés-se-defendent-face-a-siat-et-l-etat>



Rede Africana de Biodiversidade: “Questões de Princípio: orientando o nosso caminho em tempos difíceis”

A última edição do boletim da Rede Africana de Biodiversidade (ABN) destaca os processos que os participantes da Reunião Bienal dos sócios de 2017, em Nanyuki, no Quênia, seguiram para analisar e refletir sobre as ações da rede nos dois anos anteriores. O boletim também inclui uma reflexão sobre a nova proibição a fabricação, uso, importação e venda de sacos plásticos no Quênia, bem como um artigo sobre uma escola fundamental ecológica no Benin, que coloca conhecimento endógeno acima da educação. Acesse o boletim (em inglês) aqui: <http://africanbiodiversity.org/abn-news-07/>

Assine o Boletim do WRM

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

[facebook] [tweeter] [website: <http://wrm.org.uy/pt>]

O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.

Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

Secretaria Internacional do WRM

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

wrm@wrm.org.uy - <http://wrm.org.uy/pt>